

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
CURSO DE JORNALISMO**

BARBARA CAMPOS JANNINI DE LIMA

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ABORDAGEM EDITORIAL DA FOLHA DE S.
PAULO:
Uma Análise de Conteúdo entre 2013 e 2022**

**Uberlândia
2023**

BARBARA CAMPOS JANNINI DE LIMA

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ABORDAGEM EDITORIAL DA FOLHA DE S.
PAULO:**

Uma Análise de Conteúdo entre 2013 e 2022

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof(a). Dr(a). Ana Paula de Moraes Teixeira

Uberlândia

2023

BARBARA CAMPOS JANNINI DE LIMA

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ABORDAGEM EDITORIAL DA FOLHA DE S.

PAULO:

Uma Análise de Conteúdo entre 2013 e 2022

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula de Moraes Teixeira – Universidade Federal de Uberlândia

Orientador(a)

Efigênia Aparecida Maciel de Freitas – Universidade Federal de Uberlândia

Examinador(a)

Nicoli Glória de Tassis Guedes – Universidade Federal de Uberlândia

Examinador(a)

Uberlândia, 18 janeiro 2023

AGRADECIMENTOS

Inegavelmente, este é um trabalho sobre mulheres. Mas o que sustenta todo o percurso até aqui é, também, uma maioria de mulheres, potentes em suas diferenças. Para começar, minha mãe, Martha. Durante algum tempo, demorei para perceber as semelhanças que me ligavam a ela, mas vejo nela a força de quem fez muito para colocar as três filhas em espaços tidos como importantes. Agradeço o apoio e o amor incondicional que vêm de minha mãe, em todos os sentidos da vida.

Da mais velha à mais nova, Gabriella. A irmã que assume responsabilidades que não são suas para resolver, deixar tudo em ordem. Gabi é assertividade e competência; é referência naquilo que faz. Agradeço à minha irmã mais velha por ser aquela que mostra o caminho.

Beatriz, a Bia, é a mais nova. Poderia dizer que ela é a verdadeira comunicadora da família, porque Bia se faz entender por todo mundo e entende todo mundo. Agradeço à minha irmã mais nova por ser acolhimento, escuta e sensibilidade. Para essas três mulheres, o meu amor infinito.

Agradeço, também, às minhas verdadeiras amigas. Allana, Bia, Gui, Kamila, Laura, Milena, Luan e Poliane. Os momentos de descontração foram imprescindíveis durante esse caminho. Agradeço às conversas sinceras, aos choros compartilhados, aos mil e um assuntos infundáveis. Com vocês, construí laços e amor.

Essencial na lembrança sobre os ritos de passagem e na construção de um trabalho intenso, está Ana Paula, minha orientadora. Sensatez e inteligência reunidas. Agradeço a paciência, a disponibilidade, a calma e o modo como me orientou durante esta pesquisa.

Agradeço a oportunidade de participar como bolsista de um projeto de extensão na Proexc, que proporcionou umas das minhas melhores experiências na universidade. Mas, dentro da Proexc, Regina e Tamiris são especiais. Elas são mulheres que ensinam acolhendo; que escutam, compreendem e encorajam. Elas abrem portas e são verdadeiras extensionistas, como ensinou Paulo Freire. É admirável a maneira leve como elas se posicionam na condução de um projeto de extensão e fazem dar certo. Agradeço Regis e Tami por serem referência.

Agradeço ao meu tio Nino por tornar possível o acesso a um ensino de qualidade. Por toda a persistência, por todo o conhecimento compartilhado, por todo o esforço, agradeço imensamente a você.

Agradeço ao meu pai pela criação. Entendo que a vida tenha te endurecido e que, do seu jeito, você consegue expressar aquilo que sente.

Por fim, agradeço com saudades ao meu avô Paulo, dono dos melhores trocadilhos, do melhor humor matinal. Vô Paulo era quem dizia que eu me parecia com jornalistas que surgiam na TV; quem ligava todo dia para saber o resumo da novela que ele havia perdido – a que eu anotava tudo e me empenhava em narrar os capítulos. Hoje, acho que ele só ligava para que a gente pudesse conversar, porque ele assistia a tudo.

Todas nós seguimos em frente quando percebemos como são fortes as mulheres à nossa volta (Rupi Kaur).

LIMA, Barbara Campos Jannini de. **Violência obstétrica na abordagem editorial da Folha de S. Paulo**: uma Análise de Conteúdo entre 2013 e 2022. 76 p. Monografia (curso: Jornalismo). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa debruçou-se sobre os estudos acerca da violência obstétrica no Brasil e como ela é caracterizada. Para isso, a literatura utilizada foi amparada por documentos e pesquisas, como o Dossiê Violência Obstétrica “Parirás com dor”; a Carta de Campinas, formulada pela ReHuNa; e a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo. Além disso, as reflexões de autores ancorados na medicina de evidências e na defesa da autonomia da mulher durante o parto embasaram este trabalho. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo, que norteou a análise de 64 matérias produzidas pela Folha de São Paulo, em um período correspondente a dez anos.

Palavras-chave: Violência. Obstétrica. Gênero. Folha. Jornalismo.

LIMA, Barbara Campos Jannini de. **Violência obstétrica na abordagem editorial da Folha de S. Paulo**: uma Análise de Conteúdo entre 2013 e 2022. 76 p. Monografia (curso: Jornalismo). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023.

ABSTRACT

This research focused on studies about obstetric violence in Brazil and its characteristics. Thereby, the academic literature was supported by documents and surveys, such as the Obstetric Violence Dossier “Parirás com dor”; the Campinas Letter formulated by ReHuNa; and the survey carried out by the Perseu Abramo Foundation. In addition, the basis of this work is the reflections of the authors endorsed by evidence medicine and in defense of women's autonomy during childbirth. The methodology used was Content Analysis, which guided the analysis of 64 articles produced by Folha de São Paulo over a period corresponding to ten years.

Keywords: Violence. Obstetric. Gender. Folha. Journalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de matérias publicadas, por ano, pela Folha de S. Paulo

63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterizando a violência obstétrica, com base no dossiê Violência Obstétrica:
parirás com dor

20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CONCEITOS E DIVERGÊNCIAS	14
3 AGENDAMENTO E PERSPECTIVA DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO JORNALISMO	22
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DAS MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO	27
4.1 A Folha de S. Paulo e os percursos escolhidos	30
4.2 Análise das 64 matérias jornalísticas publicadas pela Folha	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre violência obstétrica é relativamente recente no Brasil. Em 17 de outubro de 1993, ainda que não citando o termo violência obstétrica, a Rede pela Humanização do parto e Nascimento (ReHuNa) colocou em pauta, na cidade de Campinas, as situações pouco humanas, os constrangimentos e as violências que afetam a saúde reprodutiva das mulheres¹ e o momento do nascimento (REHUNA, 1993), lançando uma carta da Fundação dirigida à sociedade, a fim de propor uma reflexão sobre os aspectos problemáticos e considerados como violentos durante o parto.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, a temática se fortaleceu quando, em 2010, a Fundação Perseu Abramo e o SESC realizaram uma pesquisa que demonstrou um dado alarmante e até então desconhecido: 1 a cada 4 mulheres diz ter sofrido algum tipo de violência no parto (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2010). Com a divulgação desse dado, mesmo com a ausência do termo violência obstétrica na pesquisa realizada pela Fundação em parceria com o SESC, a discussão sobre o tema foi fomentada e o número passou a ser utilizado como argumento para a defesa dos direitos da mãe e do bebê.

Foi em 2013 que as palavras “violência” e “obstétrica” apareceram pela primeira vez combinadas e documentadas em uma Lei na Venezuela sobre a violência contra as mulheres (VENEZUELA, 2013). A partir disso, o debate se espalhou entre diversos grupos sociais, como as feministas, os/as médicos/as, os/as enfermeiros/as, os/as juristas e advogados/as, a imprensa, os/as psicólogos/as, além das gestantes, parturientes e puérperas, dividindo opiniões a respeito das definições e do uso ou não do termo violência obstétrica. Cada um desses grupos, dentro de contextos diferentes, é responsável por se posicionar e desenvolver pontos de vista sobre a temática, defendendo os interesses de um determinado setor ou daquele a que ele pertence.

Nesse sentido, os veículos de comunicação e o Jornalismo desempenham o papel de agendar a temática sobre violência obstétrica, além de incluir a sociedade no debate e coletar informações, opiniões, dados e fatos que contribuam para o enriquecimento das discussões acerca do assunto. Com isso, o presente trabalho pretende estudar como a Folha de São Paulo, veículo de comunicação tradicional da região Sudeste do país, com capilaridade em todo o território nacional, tratou a violência obstétrica e os aspectos que a compõem nas matérias publicadas no site, no período correspondente ao ano de 2013 até o ano de 2022. Para isso,

¹ Durante todo o percurso deste trabalho, quando houver referência às mulheres, se alude às pessoas que nasceram com útero. Entende-se a importância e a emergência da inclusão do debate queer nas discussões, porém, este trabalho não daria conta, devido ao tempo e à extensão desta pesquisa, de abranger esse aspecto.

este trabalho percorrerá as perspectivas de gênero e da lei, na busca de compreender como a violência obstétrica é lida pelo jornalismo e pela linha editorial da Folha de S. Paulo, e como as perspectivas anteriormente citadas estão presentes ou não nas reportagens do veículo paulista. Além de discutir como essas dimensões afetam diretamente a temática, contribuindo para um debate que permite ser observado sob diversos prismas.

O desenho deste trabalho é estruturado a partir da coletânea de materiais, tanto aqueles que se dedicam ao estudo da violência obstétrica quanto as 64 matérias selecionadas no jornal analisado. Esse arcabouço abre espaço para analisar a violência obstétrica por meio de aspectos sociais, como a questão de gênero e as discussões legais que estão entremeadas nesse tema.

Além disso, os autores, os documentos e as reportagens consideradas dão forma a um estofo jornalístico, que toma como base a Análise de Conteúdo e a Teoria do Agendamento, ou Agenda-setting, e desenvolve a observação com a introdução de critérios de análise – norteados pelo dossiê Violência obstétrica: parirás com dor, elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres – responsáveis por esmiuçar a forma como a Folha de S. Paulo retratou a violência obstétrica no período delimitado. Esses critérios são: 1. se tipifica quantos e quais são os tipos de crimes cometidos contra a vítima de violência obstétrica, baseados na descrição do dossiê; 2. como o veículo qualifica a violência: é observada uma posição de isenção ou de criticidade e responsabilização?; 3. quantas vezes o termo violência obstétrica aparece nas matérias; e 4. se a vítima de violência obstétrica aparece como fonte nas reportagens analisadas.

Nesse contexto, o capítulo seguinte a esta introdução é destinado a um resumo sobre a violência obstétrica no Brasil, aos conceitos e às divergências que circundam a temática. Para isso, documentos, como a Carta de Campinas, o dossiê Violência obstétrica: parirás com dor, pesquisas realizadas por fundações e autores que se debruçam sobre o assunto são utilizados como base.

O terceiro capítulo aborda as perspectivas de gênero e legais já citadas anteriormente, utilizando leis publicadas, dados disponíveis em pesquisas e autores que consideram que a violência obstétrica deve ser ampliada a outros debates. Nessa mesma parte do trabalho, também se discute o papel do Jornalismo de gênero e a Teoria do Agendamento, como fundamental para a compreensão do tema violência obstétrica retratado nas matérias da Folha e da frequência desse assunto no período estudado.

O capítulo quatro traz a metodologia, a denominada Análise de Conteúdo, apoiando-se nas reflexões de Laurence Bardin, Martin W. Bauer e Roque Moraes. Além disso, todo o

percurso metodológico trilhado é contado, e, com o auxílio dos autores que esclarecem a Análise de Conteúdo e com as definições do dossiê, são montadas as categorias de análise, já referidas anteriormente, que ajudarão a delimitar a análise das matérias publicadas pela Folha. Ao mesmo tempo, nesse mesmo capítulo, é apresentada brevemente a história do Jornal Folha de S. Paulo e a linha editorial do veículo. O Trabalho de Conclusão de Curso se encerra com um capítulo conclusivo, reunindo as considerações finais sobre o trabalho.

2 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CONCEITOS E DIVERGÊNCIAS

No dia 17 de outubro de 1993, é divulgado um documento, chamado Carta de Campinas, formulado em reunião autônoma, que acontecia no interior de São Paulo, na cidade de Campinas, do dia 15 ao dia 17 de outubro. Pessoas, grupos e instituições que discutiam, estudavam e trabalhavam com a gestação, parto e nascimento se reuniram para debater as condições do nascer no Brasil.

Naquele contexto, foi criada a Rede de Humanização do Nascimento, a ReHuNa, que apresentava a proposta: “analisando as circunstâncias de violência e constrangimento em que se dá a assistência à saúde reprodutiva e especificamente as condições pouco humanas a que são submetidas mulheres e crianças no momento do nascimento, queremos trazer alguns elementos de reflexão à comunidade” (REHUNA, 1993, n. p.).

Sem utilizar o termo violência obstétrica, a Rede retoma a problemática de um processo histórico que transformou o parto em doença e aponta situações que agridem o corpo físico da mulher e que podem causar algum tipo de trauma a ela, quando explica que:

No parto vaginal, a violência da imposição de rotinas, da posição do parto e das interferências obstétricas perturbam e inibem o desencadeamento natural dos mecanismos fisiológicos de parto, que passa a ser sinônimo de patologia e de intervenção médica. Estes eventos vitais cruciais tornam-se momentos de terror, impotência, alienação e dor (REHUNA, 1993, n. p.).

Demonstrando dados sobre o número de cesáreas no Brasil naquela época, em que o país encontrava-se como o que apresentava a maior taxa de cesáreas, a ReHuNa faz uma crítica ao modelo hospitalocêntrico de cuidado, que centraliza a figura do médico e o coloca em uma posição de destaque, em detrimento da parturiente. A Carta diz:

Na tentativa de garantir a presença do obstetra no parto, signo de segurança, cientificidade e alívio da dor, a mulher assume incondicional e passivamente o papel de doente, entregando-se às intervenções sugeridas pelo médico, que, imerso no contexto de crescente especialização e incorporação acrítica de tecnologia diagnóstica e terapêutica de ponta, afasta-se cada vez mais da concepção de nascimento como fenômeno essencialmente normal, perdendo o conhecimento e a segurança da prática de obstetrícia (REHUNA, 1993, n. p.).

O texto ainda cita determinados objetivos que a reunião, o debate e a divulgação da Carta pretendiam alcançar. Essas intenções são extremamente pertinentes por alguns motivos. O primeiro deles é a força de entidades, instituições e pessoas que discutem um problema recorrente e preocupante socialmente, tomando a frente do que seria um movimento social contra a naturalização de práticas violentas durante a gestação, o parto e o pós-parto, fomentadas pela institucionalização do momento de parir.

Outro ponto é a capacidade de a Carta esclarecer e informar os propósitos do documento, buscando soluções para o problema que é exposto em todo o texto e se dirigindo às mulheres, aos homens, aos profissionais de educação e saúde, e aos propositores de políticas públicas. Os objetivos listados são esses:

Mostrar os riscos, para a saúde das mães e dos bebês, das práticas obstétricas inadequadamente intervencionistas;
Resgatar o momento do nascimento como evento existencial e sociocultural crítico com profundas e amplas repercussões pessoais;
Revalorizar o nascimento, humanizando as posturas e condutas ante o parto e nascimento;
Incentivar as mulheres a aumentar sua autonomia e poder de decisão sobre seus corpos e seus partos;
Aliar conhecimento técnico e científico sistematizado e comprovado a práticas humanizadas tradicionais de assistência ao parto e nascimento (REHUNA, 1993, n. p.).

A iniciativa por trás da Carta de Campinas ressalta uma lacuna permanente, que consiste na ausência de resoluções e medidas efetivas para a mitigação da violência contra as mulheres na gestação, parto, pós-parto e nas situações de abortamento. A junção de grupos da sociedade em busca de um objetivo em comum faz emergir a necessidade de que setores alternativos e pessoas engajadas procurem meios para resolver um problema que deveria ser solucionado pelo Estado e, ao mesmo tempo, informado, esclarecido e denunciado pelos veículos jornalísticos.

García-Jordá, Díaz-Bernal e Álamo (2013), em pesquisa com 36 mulheres gestantes e próximas ao momento do parto, na cidade de Havana, em três hospitais diferentes, concluíram que um fator recorrente entre as gestantes é a falta de informação e o medo de perguntar sobre os processos que serão realizados durante o parto. Nesse sentido, cabe refletir como os veículos de informação e os órgãos públicos agem para enfrentar a violência obstétrica, tendo em vista que movimentos autônomos, como a criação da ReHuNa, ainda são necessários na busca pela garantia dos direitos da mãe e do bebê.

A desinformação e as divergências em relação aos conceitos que caracterizam a violência obstétrica dão espaço para o desconhecimento sobre as modalidades de violência a que a parturiente ou a mulher em situação de abortamento estão sujeitas. Em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em documento intitulado Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde, relatou que:

Apesar das evidências sugerirem que as experiências de desrespeito e maus-tratos das mulheres durante a assistência ao parto são amplamente disseminadas (1-3,5) atualmente não há consenso internacional sobre como esses problemas podem ser cientificamente definidos e medidos. Em consequência, sua prevalência e impacto na saúde, no bem-estar e nas escolhas das mulheres não são conhecidos (OMS, 2014, n. p.).

A declaração da OMS, naquele momento, ainda não utilizava o termo violência obstétrica e evidenciava a falta de conceitos e apontamentos capazes de caracterizá-la. No Brasil, no ano de 2010, a Fundação Perseu Abramo e o SESC realizaram uma pesquisa que demonstrou um dado alarmante e até então desconhecido: uma a cada quatro mulheres dizia ter sofrido algum tipo de violência no parto (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2010). Da mesma maneira, o termo combinado não aparece na pesquisa.

Mariana Marques Pulhez discorre, em artigo publicado na Revista Eletrônica de Ciências Sociais, de Juiz de Fora, sobre o termo violência obstétrica ser entendido como conceito fronteira. Para a autora, os conceitos fronteira são aqueles que não possuem uma definição exata e despertam uma série de controvérsias ao redor de si. Justamente por essa característica, eles promovem um extenso debate em sociedade, permitindo que o assunto seja agendado pelos veículos de comunicação e discutido como uma pauta de interesse público.

As contradições que dificultam a definição do que é a violência obstétrica e impedem que ela seja criminalizada e oficializada em leis brasileiras giram em torno de quais procedimentos antes, durante e após o parto seriam considerados como violentos. Pulhez explica:

É aqui, nos procedimentos, que moram as maiores controvérsias. As entidades médicas reconhecem que existem casos raros de profissionais que tratam mal suas pacientes, mas são bastantes resistentes à ideia de que os procedimentos médicos em si possam ser violentos. Atribuem isto a modismos perpetuados por pessoas não capacitadas na arte de partejar e alertam, por exemplo, para os riscos aos quais as gestantes estariam sendo submetidas ao se decidirem por um parto domiciliar planejado (PULHEZ, 2021, p. 72).

A autora diz que, para a classe médica, existe certa relutância em relação ao uso do termo violência obstétrica, se atribuída a palavra obstétrica aos profissionais obstetras. Ao mesmo tempo, segundo Pulhez, as entidades médicas consideram que esse tipo de violência está ligado às instituições que não possuem condições estruturais e de atendimento para receber a parturiente e o bebê, e não a ações intencionais dos médicos durante os procedimentos que viabilizam o parto.

A resistência da classe médica em adotar o uso do termo violência obstétrica ou propor outra maneira que englobe as experiências traumáticas vivenciadas pelas vítimas desse tipo de violência é outro fator que, somado à definição de conceito fronteira, dificulta a especificação de quais procedimentos constituem a violência. Além disso, o posicionamento dos médicos apontado por Pulhez demonstra que há uma hierarquia na assistência ao parto, em que o tratamento entre os membros da equipe médica e a relação com a parturiente se dão de forma verticalizada.

A figura do profissional da medicina se sobrepõe a de outros profissionais, como enfermeiros e doulas, e, diante desse movimento, a mulher é relegada ao lugar de coadjuvante, mesmo protagonizando um processo que acontece naturalmente dentro do corpo dela. O posicionamento da classe médica, que vai de encontro ao uso do termo violência obstétrica, resultou em um despacho feito pelo Ministério da Saúde, no dia 3 de maio de 2019, condenando a utilização do termo. O documento afirma que o termo “tem conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no *continuum* gestação-parto-puerpério” (BRASIL, 2019).

Quando o despacho do Ministério da Saúde declara que o termo violência obstétrica possui conotação inadequada, observa-se um alinhamento à posição do Conselho Federal de Medicina (CFM), que, em nota, apoia a decisão do MS em abolir o uso do termo violência obstétrica. No documento, o CFM declara que seja oferecida à mulher a “assistência em saúde de forma integral e com qualidade, em especial em períodos de gestação (pré, durante e pós-parto), para lhe assegurar e ao seu filho vida e bem-estar” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019), mas ignora que, ao ser favorável à abolição do termo, os sentidos acadêmicos, científicos e os depoimentos de vítimas atribuídos à violência obstétrica são excluídos e relegados a um lugar que classifica o discurso dos grupos que apoiam o uso do termo como inválido e enfraquecido, estabelecendo novamente uma hierarquia centralizada na tecnocracia do parto e no profissional da medicina.

Ao mesmo tempo, tanto no despacho do MS quanto na nota redigida pelo CFM, observa-se que o termo violência obstétrica é colocado intencionalmente em oposição à humanização dos processos que envolvem o parir. O CFM também endossa essa divergência ao colocar que “a adoção desse termo conturba a relação médico-paciente; quebra o princípio da harmonia nas equipes multiprofissionais; não promove qualquer mudança significativa no quadro de desproteção às gestantes” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019).

Os autores Sílvia Silva, Helena Gasperin e Felipe Pontes explicam, a respeito dessa contrariedade entre termos, que

O que se nota, dessa forma, é a realização de um claro antagonismo entre ‘humanização do atendimento’ e ‘violência obstétrica’, de modo que o documento desvia a atenção da luta pelo enfrentamento a práticas abusivas e contrárias às recomendações existentes para um falso debate acerca da expressão a ser utilizada. Ademais, lança mão do termo ‘humanização’, que surge e se desenvolve no próprio movimento de defesa por uma assistência obstétrica digna – como evidenciado anteriormente – para antagonizar ao termo ‘violência obstétrica’, que responde a esse mesmo ensejo, ainda que de forma mais aguda e aglutinadora por parte do movimento de mulheres. Trata-se de uma espécie de ‘sequestro’ de um termo do movimento de luta – a humanização – contra o próprio movimento e seus propósitos (SILVA; GASPERIN; PONTES, 2019, p. 216-217).

Esse antagonismo presente no despacho do Ministério da Saúde e referido pelos autores enfraquece as lutas de grupos sociais pela definição do termo e pela criminalização da violência obstétrica. Ao observar a opinião do CFM, expressa em nota, afirmando que “a adoção desse termo conturba a relação médico-paciente; quebra o princípio da harmonia nas equipes multiprofissionais; não promove qualquer mudança significativa no quadro de desproteção às gestantes”, nota-se que é construída uma relação de embate entre médico e paciente, entre o uso do termo violência obstétrica e a harmonia das equipes de saúde.

Ao mesmo tempo, o CFM afirma que a utilização do termo não provoca mudanças reais nas situações de desproteção às gestantes (CFM, 2019). Discursos semelhantes ao esboçado pelo CFM aumentam a dificuldade de as vítimas denunciarem as violências que enfrentam e complexificam o processo de identificação dos responsáveis pelas violações. Com isso, há uma tentativa de controle e dominação não só dos corpos no processo de gestação, parto e puerpério, mas também um esforço para silenciar movimentos que lutam pelos direitos das mulheres, o que se expressa na fala de Silva, Gasperin e Pontes:

Nota-se que o controle é exercido por meio não apenas das práticas, mas também das concepções existentes, formando uma estratégia de dominação que não se manifesta apenas nas ações, mas também nas narrativas e nos discursos. Assim sendo, ao retirar das mulheres a liberdade de decidir sobre como falar sobre as violações aos seus direitos sexuais e reprodutivos, retira-se também a autonomia do próprio exercício desses direitos (SILVA; GASPERIN; PONTES, 2019, p. 223).

Em consonância com Pulhez (2021), entendendo que “[...] mesmo que seja difícil encontrar uma precisão na conotação do termo, são os debates em busca desta precisão que fortalecem os efeitos gerados pelo conceito” (PULHEZ, 2021, p. 84), neste trabalho, será tomada como base a definição de violência obstétrica presente no dossiê Violência Obstétrica: parirás com dor, elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, no ano de 2012.

A fim de caminhar ao encontro dos resultados apresentados pela medicina de evidências² e dos grupos sociais que defendem o uso do termo violência obstétrica, foi estruturado o quadro abaixo (Quadro 1), que sintetiza como a violência obstétrica é caracterizada no dossiê Violência Obstétrica: parirás com dor. Esse quadro auxiliará na elaboração dos critérios de análise, que, no capítulo sobre a metodologia deste Trabalho de Conclusão de Curso, nortearão a observação das matérias produzidas pelo jornal Folha de S. Paulo, em um período de dez anos, definido na página 29 deste trabalho.

² A Medicina Baseada em Evidências (MBE) está apoiada em um método de comprovação científica, que faz uso das melhores e mais atuais literaturas, a fim de estender e atualizar o atendimento e o cuidado ao paciente.

Quadro 1 – Caracterizando a violência obstétrica, com base no dossiê Violência Obstétrica: parirás com dor

Atos caracterizadores	Descrição	Exemplos
Caráter físico	Ações que causem dor, seja qual for a intensidade, dano físico ou interferência no corpo da mulher sem recomendação fundamentada em evidências científicas.	Privar a mulher de se alimentar, impedir os movimentos dela, cesariana eletiva sem indicação clínica, não analgesia quando indicado, manobra de Kristeller ³ , uso recorrente de ocitocina, retirada de pelos.
Caráter psicológico	Ações verbais ou comportamentais que despertem na mulher sensações de insegurança, inferioridade, vulnerabilidade, medo, alienação, perda de integridade.	Ameaças, mentiras, piadas, humilhações, falta de informação ou informações passadas em linguagem não acessível, grosseria, chantagem, ignorar os padrões culturais da mulher.
Caráter sexual	Ações que afetem a integridade sexual e reprodutiva da mulher, podendo acessar ou não os órgãos sexuais e partes íntimas do corpo dela.	Repetição, invasão e agressividade em exames de toque ou dos mamilos, assédio, episiotomia ⁴ , lavagem intestinal, cesariana sem consentimento informado, imposição de posições para o parto, ruptura de membranas sem consentimento informado.
Caráter institucional	Ações que impeçam ou atrasem o acesso da mulher a algum tipo de atividade ou serviço, seja privado ou público.	Impedir o acesso à saúde, à amamentação, falta de fiscalização das agências reguladoras.
Caráter material	Ações que objetivam extrair recursos financeiros de mulheres em processo reprodutivo, a fim de	Cobrar indevidamente por planos ou profissionais de saúde, induzir à contratação de plano de saúde, sob

³ Consiste na pressão sobre a barriga e o fundo do útero da gestante, objetivando a expulsão do bebê pela vagina.

⁴ Corte realizado no períneo, espaço sensível entre a vagina e o ânus da mulher, sob a justificativa de facilitar a saída do bebê.

	beneficiar pessoas físicas ou jurídicas.	argumentação de ser a única garantia da presença do acompanhante.
Caráter midiático	Ações cometidas por profissionais da comunicação, que violam os direitos de mulheres em processo reprodutivo e as afetam psicologicamente, apoio à práticas cientificamente contra-indicadas, exposição da mulher por meio de imagens, mensagens ou outros signos.	Incentivar a cesariana sem indicação científica, ridicularizar o parto via vagina.

Fonte: Dossiê Violência Obstétrica: parirás com dor

Algumas expressões utilizadas no dossiê foram modificadas no quadro acima, a fim de atualizar o debate. Com a definição presente no documento elaborado pela Rede Parto do Princípio, observa-se a variedade de modos pelos quais pode se dar a violência obstétrica, e as especificidades das ações exemplificadas, o que permite melhor abranger os relatos de mulheres vítimas dessa violência e investigar a temática com maior alcance. Salienta-se, neste trabalho, o caráter midiático apontado pelo dossiê como um tipo de violência contra mulheres em situações de parto ou abortamento.

A violência praticada por profissionais da comunicação se dá quando a vítima é exposta a situações constrangedoras. Ampliando o debate, ela pode acontecer quando imagens, mensagens, vídeos ou áudios da mulher são publicados sem o consentimento dela ou alterados para prejudicá-la. Modificar, exagerar ou diminuir falas de vítimas, utilizadas como fontes em reportagens, também pode ser considerado um tipo de violação. Além disso, o dossiê aponta que o incentivo às práticas não baseadas em evidências científicas, com a finalidade de apoiar determinados grupos sociais ou obter prestígio econômico, também é uma forma de violência, o que vai de encontro aos preceitos éticos do Jornalismo.

3 AGENDAMENTO E PERSPECTIVA DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO JORNALISMO

A violência obstétrica também pode ser entendida como violência de gênero. Para compreendê-la como esse tipo de violência é preciso, inicialmente, alcançar o que conceitua a definição de gênero. Aproximando a discussão à temática deste trabalho, cabe discorrer como essa agenda é incluída no jornalismo e na construção dos discursos que ele gera, considerando-o como produtor de sentidos, além de analisar a importância da adoção dessa agenda na composição dos discursos que são transdisciplinares à prática jornalística.

Assim como a violência doméstica, a violência obstétrica é considerada uma violência de gênero. O site do Instituto Maria da Penha conta toda a história da mulher que deu nome à lei sancionada em 2006 e, ao explicar como a lei surgiu, a plataforma expõe que, “conforme se verificou, era preciso tratar o caso de Maria da Penha como uma violência contra a mulher em razão do seu gênero, ou seja, o fato de ser mulher reforça não só o padrão recorrente desse tipo de violência, mas também acentua a impunidade dos agressores” (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

No caso da Lei Maria da Penha, verificou-se que o número de mulheres vitimadas pela violência constituía um padrão, e que elas eram violentadas apenas pelo fato de serem mulheres. O ser mulher foi amplamente discutido por Simone de Beauvoir, que instruiu: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Socialmente, os papéis designados às fêmeas e aos machos humanos constroem o gênero, que se apoia na binariedade masculino e feminino, amparada pelos constructos da feminilidade e masculinidade. A feminilidade, estruturada socialmente, ensina que as mulheres estão ligadas aos sentimentos, à natureza e àquilo que é tido como feminino – desde o uso de determinados tipos de vestimentas até o interesse pela maternidade. A masculinidade, pelo contrário, coloca os homens em posições de força, trabalho e tecnologia – dessa construção social, surgem frases como a que afirma: “homem não chora”.

Donna Haraway, em “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra, explica que:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 1991, p. 211).

Pode-se chamar os sistemas históricos de diferença sexual em que homens e mulheres são posicionados hierárquica e antagonicamente de patriarcado, que privilegia tudo aquilo que é tido como masculino. Para Almeida (2010), o patriarcado

Trata-se da caracterização de um sistema de organização das relações sociais, baseada em critérios de divisões desiguais de tarefas entre homens e mulheres e da atribuição de espaços e atividades específicas de forma naturalizada. Afirmam-se por meio dessas atividades papéis sociais sob a forma do enquadramento de funções e posições na sociedade (ALMEIDA, 2010, p. 22-23).

Nessa hierarquia em que os homens ocupam espaços de poder, as mulheres são relegadas à condição de objetificação. No contexto da violência obstétrica como violência de gênero, a mulher se vê em uma posição de submissão na qual as diretrizes sobre o corpo dela e os processos naturais do parto são decididos por outras pessoas. Cunha (2014) elucida um pouco mais a respeito da conceituação da violência de gênero:

O conceito de violência de gênero só pode ser entendido, seja em seu sentido mais amplo seja em seu sentido específico, como relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher, pois integra a ordem patriarcal de gênero. Esta é geradora de violência tanto na inter-relação dos sexos, quanto na relação do indivíduo com a sociedade, pois este se encontra preso às determinações de seu gênero na construção de suas relações sociais e de sua identidade (CUNHA, 2014, p. 152).

Nos casos de violência obstétrica, a ordem patriarcal de gênero determina os espaços e as ações aos sujeitos envolvidos no processo de parir. As mulheres vítimas dessas violências são condicionadas a uma posição de passividade, que não termina dentro dos locais de parto, mas se estende por um período histórico cultural, que mantém as estruturas de poder. Santos (2016) comenta, nesse sentido, que a

A violência obstétrica é classificada como violência de gênero por basear-se, fundamentalmente, no tratamento estereotipado dispensado à mulher, fruto de uma construção histórica e social extremamente machista e patriarcal, enxergando-a como objeto das ações de outrem, em uma postura ideal sempre passiva e submissa, sem a possibilidade efetiva de manifestar livremente suas vontades e preferências (SANTOS, 2016, n. p.).

Toda essa discussão permite concluir que, como argumenta Silvia Badim Marques a respeito da construção da violência obstétrica como um conceito, parafraseando os autores Argonese e Lago, que “a vida sexual e reprodutiva não é apenas algo que se coloca no plano íntimo, privado, mas também reverbera em um plano político que merece ser alvo de leis, políticas públicas, direitos e deveres” (MARQUES, 2020, p. 101).

Contemplada na esfera política, pode-se dizer que a vida sexual e reprodutiva também se estende à seara do jornalismo, tendo em vista que a profissão age como produtora de sentidos e construtora de realidades. Além disso, o jornalismo consegue agendar temas que serão destacados nas discussões sociais, podendo impulsionar a criação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, por exemplo, ou ao menos fomentar os debates em torno dessa questão. O agendamento de temáticas que são importantes ao debate público e a ordem em que elas aparecem no dia do público receptor são explicados por meio da teoria da Agenda-setting. Mauro Wolf, apoiado nas reflexões de Shaw, afirma que

a hipótese do agenda-setting não defende que os mass media pretendam persuadir [...]. Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media (WOLF, 2006, n. p. *apud* SHAW, 1979, n. p.).

Os autores defendem que os profissionais da comunicação oferecem às pessoas uma leitura possível de fatos da realidade e assuntos tematizados que seguem uma ordem de importância. Wolf explica que a tematização

é um procedimento informativo que se insere na hipótese do agenda-setting, dela representando uma modalidade particular: tematizar um problema significa, de facto, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe o relevo adequado, salientar a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo da informação não-tematizada (WOLF, 2006, n. p.).

Nesse sentido, os jornalistas realizariam uma seleção das pautas mais relevantes para o público e as colocariam em uma ordem de importância. Essa separação entre as informações tematizadas e as não-tematizadas constrói sentidos e oferece caminhos pelos quais o receptor pode interpretar a mensagem que recebe. Na análise que se desenrola neste trabalho, a Folha de S. Paulo produziu matérias sobre o episódio de violência obstétrica sofrido pela empresária Shantal Verdelho.

A exemplo, pode-se pensar como agendar essa informação é relevante para as discussões sobre violência obstétrica; como essa agenda fomenta o debate que circunda as questões de classe em casos de violência obstétrica, ou ainda como essas situações ajudam a promoção de políticas públicas que defendam o interesse de mulheres violentadas. Ainda a respeito da tematização das informações, Wolf expõe um outro aspecto.

Mas, no processo de tematização, há uma outra dimensão que parece também implícita e que não está apenas ligada à quantidade de informações e ao tipo de conhecimentos que provocam a tematização de um acontecimento: é o carácter público do tema, a sua relevância social. Nem todos os temas ou acontecimentos são susceptíveis de tematização; são-no apenas aqueles que revelam uma importância político-social. Por isso, os mass media tematizam dentro de limites que esses temas e esses acontecimentos não definem, num território que não delimitam, que apenas reconhecem e alqueivam (WOLF, 2006, n. p.).

Como dito anteriormente, a violência obstétrica suscita discussões concernentes à vida da maior porcentagem da população – a de mulheres –, considerando também que a vida sexual e reprodutiva delas alcança as instâncias políticas, revelando uma importância político social a essa pauta. Wolf também alude aos esforços desempenhados pelos jornalistas, na comunicação de massa, para manter uma informação tematizada e realizar uma cobertura por um período mais extenso de tempo. A isso, o autor chamou acumulação.

Atrelado a ela, o autor define o conceito de onipresença, que “diz respeito não só à difusão quantitativa dos mass media, mas também ao facto de o saber público – o conjunto de conhecimentos, opiniões e atitudes difundido pela comunicação de massa – ter um carácter particular: é do conhecimento público que esse saber é publicamente conhecido” (WOLF, 2006, n. p.). Com a tematização e a acumulação das informações em um período temporal, os jornalistas oferecem ao público um recorte interpretativo dos fatos.

Da mesma forma que as routines produtivas e os critérios de relevância, na sua aplicação constante, constituem o quadro institucional e profissional em que o carácter noticiável dos acontecimentos é captado pelos jornalistas, assim o empolamento constante de certos temas, aspectos e problemas, constitui um quadro interpretativo, um esquema de conhecimentos, um frame, que se aplica (mais ou menos conscientemente) para dar um sentido àquilo que observamos (WOLF, 2006, n. p.).

O autor explica que a constância na apresentação de determinados temas ao público, do mesmo modo como os critérios de noticiabilidade e a rotina de produção dos jornalistas, é capaz de produzir sentidos interpretativos da realidade, constituindo o que Wolf denomina efeitos cumulativos sobre o público. Referenciando Roberts (1972), o autor afirma que “a influência dos mass media é admitida sem discussão, na medida em que ajudam a ‘estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas’” (WOLF, 2006, n. p. *apud* ROBERTS, 1972, p. 377).

No contexto deste trabalho, pode-se pensar como a agenda acerca das informações sobre violência obstétrica é adotada pelo jornalismo, principalmente por um jornalismo que respalda e insere as discussões de gênero nas matérias que produz. Jessica Gustafson Costa explica que no processo de construção de sentidos produzidos pelo jornalismo cabe uma contextualização histórica e social.

O processo de identificação e contextualização dos acontecimentos é a forma mais eficaz da atuação jornalística para significar o mundo, mas os significados só terão sentido se forem colocados no âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. É aí que reside a sua relação consensual com a sociedade (COSTA, 2018, p. 67).

A autora discorre sobre como se dá a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Para que haja identificação e contextualização dos fatos é necessário que eles sejam colocados sob a perspectiva de algo que seja familiar à sociedade. No caso das matérias construídas sobre violência obstétrica pelo jornalismo, é importante avaliar se há uma transdisciplinaridade com a agenda de gênero, ou mesmo se acontece a racialização do debate. Por isso, Costa discute a viabilidade de a perspectiva de gênero ser considerada nas produções jornalísticas.

De forma mais aprofundada, deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista, mantendo os homens no estatuto de sujeito universal. A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero resulta na invisibilização dos impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres (COSTA, 2018, p. 133).

Segundo a autora, não olhar para os fatos considerando os aspectos de gênero impede que medidas efetivas de mudança na vida das mulheres sejam concretizadas. Veiga da Silva aponta que alguns padrões ainda são reproduzidos pelo jornalismo, considerando que ele é um espaço privilegiado por ser capaz de produzir sentidos.

Entretanto, no que diz respeito às relações de gênero e de poder, ainda se percebe claramente o quanto alguns padrões culturais excludentes estão arraigados e acabam sendo reproduzidos (em grande escala e velocidade), mesmo que inconscientemente, pela mídia em geral, e pelo jornalismo em particular (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 34).

Dessa maneira, evidencia-se a relevância da tematização e do agendamento das informações segundo pontos de vista que consideram as discussões de gênero. Por isso, o resgate às raízes histórico culturais dos problemas presentes na vida das mulheres abre possibilidades de explorar e ampliar as conversas sobre gênero e ainda permite que o jornalismo busque certo tipo de especialização nesse assunto. Uma alternativa a ser seguida, por exemplo, são os grupos de jornalistas independentes que produzem conteúdo feminista, que considera as questões de gênero nas reportagens que realiza.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DAS MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO

Para que o objetivo de analisar como a Folha de São Paulo desenvolveu as matérias sobre violência obstétrica no período de 2013 a 2022, é preciso trilhar alguns caminhos metodológicos e deixar bem definidas as categorias de análise que serão utilizadas durante a observação do material. Além disso, é importante esclarecer como são entendidas as metodologias empregadas neste trabalho, bem como a escolha do veículo analisado, das reportagens selecionadas, do período temporal recortado e das categorias de análise eleitas.

Tendo em vista que o objeto de estudo são as matérias, ou seja, os textos publicados pela Folha de S. Paulo, em um período de tempo extenso – correspondente a dez anos –, e que aspectos quanti e qualitativos serão levados em conta durante esse percurso, a Análise de Conteúdo consegue esclarecer algumas escolhas metodológicas para este trabalho. Ela surgiu nos Estados Unidos, com a Escola de Jornalismo da Columbia. Foi com a Primeira Guerra Mundial que a Análise de Conteúdo foi impulsionada pelos estudos de Lasswell, debruçado sobre as propagandas daquela época. Quem traça essa linha temporal a respeito da Análise de Conteúdo é Laurence Bardin (1977), no livro que leva o mesmo nome da metodologia aqui referenciada.

Bardin busca um modo de dissertar sobre a Análise de Conteúdo sem encaixá-la em estruturas engessadas e imodificáveis, mas que segue algumas regras e modelos. Nesse sentido, a Análise de Conteúdo não se restringe somente às definições das abordagens quantitativas e qualitativas. Para discorrer sobre a mudança de ponto de vista que passa a considerar outros aspectos desse tipo de análise, que não só a quantidade e a qualidade, a autora define: “o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo” (BARDIN, 1977, p. 21), em referência à primeira delas. Ao mesmo tempo, o que caracteriza a análise qualitativa “é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 1977, p. 21).

Bardin considera que a dualidade análise quantitativa-análise qualitativa não deve ser descartada, mas deve ser utilizada como base, somando-se a elas a inferência. A inferência permitirá ao pesquisador analisar o objeto sob aspectos que estão escondidos atrás daqueles já aparentes, dando importância aos contextos que o envolvem. Ou seja, a inferência capacita o olhar do analisador para enxergar além do que se vê; os sentidos, as causas ou os efeitos que estão contidos em uma mensagem, aliados aos contextos sócio, histórico, culturais, econômicos e de raça que perpassam o conteúdo analisado.

Nesse sentido, retomamos as categorias de análise definidas no início deste trabalho:

1. se tipifica quantos e quais são os tipos de crimes cometidos contra a vítima de violência obstétrica, baseados na descrição do dossiê; 2. como o veículo qualifica a violência: é observada uma posição de isenção ou de criticidade e responsabilização?; 3. quantas vezes o termo violência obstétrica aparece nas matérias; e 4. se a vítima de violência obstétrica aparece como fonte nas reportagens analisadas.

Considerando os parâmetros quantitativos e qualitativos, esta pesquisa se reconhece como um trabalho quanti-quali, que incorpora tanto a medida quantitativa quanto a qualitativa. No primeiro critério, observa-se ambas as características, já que analisa numericamente quantos crimes aparecem nas matérias e quais deles, apoiados na representação do dossiê, estão contidos no texto. A importância do estudo da frequência com que os crimes são citados nas matérias e quais deles são aludidos permite compreender se a Folha de S. Paulo considera relevante incluir os tipos de violência obstétrica e quais deles são excluídos ou possuem mais destaque ao longo do período analisado.

A respeito de análises que acontecem em um intervalo de tempo mais extenso, chamadas de análises longitudinais, Bauer afirma que “nas análises longitudinais, as comparações abarcam o mesmo contexto por um período de tempo mais longo. Isso nos permite detectar flutuações, regulares e irregulares, no conteúdo, e inferir mudanças concomitantes no contexto” (BAUER, 2008, p. 195), o que pode ser feito durante as análises da coletânea de textos reunida da Folha de S. Paulo.

O segundo critério versa sobre a posição do jornal Folha de S. Paulo diante das matérias. O trabalho teve por objetivo mostrar em que medida o veículo se posiciona com relação ao tratamento da informação, com respeito à responsabilidade dos agentes envolvidos em casos de violência obstétrica. A postura de neutralidade pode ser compreendida pela omissão, nas reportagens, dos causadores da violência. Uma conduta de responsabilização, inversamente, pode se configurar como a exposição dos responsáveis pelas violências cometidas. Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Bardin, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades por meio das mensagens (BARDIN, 1977).

O terceiro critério de análise explora quantas vezes o termo violência obstétrica apresenta-se nas matérias. Acompanhando a definição de Bauer em relação às análises longitudinais, pode-se apreender, dentro do limite temporal estabelecido, determinados índices. O autor explica que “[...] a AC é usada para construir índices. Um índice é um sinal que é causalmente relacionado a outro fenômeno, assim como, por exemplo, a fumaça é um índice, ou um sintoma de fogo. [...] A consideração do conteúdo, juntamente com a intensidade, pode definir um índice” (BAUER, 2008, p. 194). Desse modo, a menor ou a maior frequência do termo violência obstétrica nas matérias analisadas pode indicar como a

temática está posicionada na sociedade, atrelada ao conteúdo das reportagens, que, juntos, são capazes de apresentar índices sobre que fato social em certo recorte de tempo pode ter levado ao agendamento dessa temática, por exemplo.

Por sua vez, o critério de análise quatro se debruça sobre a presença de fontes que sejam mulheres vítimas de violência obstétrica. Dentro do contexto estudado, fundamentando-se nos artigos e documentos que defendem a caracterização e a criminalização da violência obstétrica, e que lutam pela autonomia e segurança da mulher e do bebê durante os processos de parto, e, também, nas situações de abortamento, admite-se como relevante a presença das vozes e depoimentos de mulheres que foram vítimas da violência obstétrica. Nesse sentido, Bauer salienta que “a validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz do seu objetivo de pesquisa” (BAUER, 2008, p. 191).

Nessa perspectiva, há um procedimento importante de inferência. Inferir algo é deduzir, logicamente, alguma coisa. Nesse tipo de análise, a inferência permite que as causas e as consequências de determinado objeto de estudo sejam investigadas. Cabe à pessoa que analisa determinado conjunto de informações estabelecer parâmetros que admitam um estudo para além das palavras utilizadas, mas que abarcam os contextos social, de gênero e legais, a exemplo deste trabalho.

Para isso, “o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41).

Essas correspondências entre estruturas são feitas por meio de uma leitura interpretada por variáveis, formando o que Bardin define como “um conjunto de técnicas de análises das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 42), que é a Análise de Conteúdo. Esse conjunto, que não deve limitar o analisador, para que também não engavete o objeto analisado, permite a observação e a análise objetiva, sistêmica, de inferência, que considera as variáveis disponíveis e que é “uma busca de outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 44).

Ao mesmo tempo, “quando se utiliza a análise de conteúdo, uma clara explicitação de objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa” (MORAES, 1999, p. 3). Diante disso, Moraes, apoiado em Laswell, fala sobre uma possível categorização para o processo de análise, sendo ela dividida em seis indagações: 1 - Quem fala?; 2 - Para dizer o que?; 3 - A quem?; 4 - De que modo?; 5 - Com que finalidade?;

6 - Com que resultados?

O autor ainda discorre sobre a necessidade de as categorias de análise, ou os modos de divisão, para melhor organizar a Análise de Conteúdo, atenderem aos critérios de pertinência, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade. Segundo ele, “a validade ou pertinência exige que todas as categorias criadas sejam significativas e úteis em termos do trabalho proposto, sua problemática, seus objetivos e sua fundamentação teórica” (MORAES, 1999, p. 7).

Outra definição que facilita o processo de análise é a proposta por Bardin, que compreende: 1 - pré-análise, que consiste em organizar e sistematizar as ideias iniciais, estabelecer um programa, que pode ser flexível ou não, mas que deve ser preciso; 2 - entrar em contato com os documentos selecionados e fazer uma espécie de *brainstorm* com o material que se tem; 3 - explorar os materiais e tratar os resultados, realizar a inferência e, por conseguinte, a interpretação.

Em consonância com Bardin, Moraes (1999) examina que a Análise de Conteúdo não segue padrões inflexíveis, mas se desenrola de acordo com as novas descobertas resultantes das investigações empreendidas.

Também é preciso compreender que a análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (MORAES, 1999, p. 6).

Para que fosse possível realizar uma análise coerente, em que todos os códigos fluíssem de um único princípio (BAUER, 2008), e entendendo que a “[...] AC [análise de conteúdo] nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades (BAUER, 2008, p. 192), reuniu-se 64 matérias selecionadas no site do veículo jornalístico Folha de S. Paulo. Em vista disso, será apresentado um breve histórico sobre o jornal Folha de S. Paulo, a escolha pelo período de tempo recortado e pelas matérias selecionadas. Em seguida, será realizada a análise dos textos escolhidos.

4.1 A Folha de S. Paulo e os percursos escolhidos

A Folha de São Paulo, fundada em 1921, pertence ao Grupo Folha, é um dos principais conglomerados de mídia do país. Ele abriga o site folha.com.br; o Datafolha, um instituto de pesquisa; a Folhapress, uma agência de notícias; o CTG-F, um parque gráfico; e a Folha Gráfica, uma gráfica que produz jornais e folhetos para empresas, agências de

publicidade e editoras. A Folha de S. Paulo indica quatro alicerces que auxiliaram o crescimento do jornal: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. O veículo se caracteriza como “veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo firme compromisso com a defesa da democracia” (FOLHA DE S. PAULO, documento eletrônico).

Visitando o site do jornal paulistano, 21 editorias são identificadas, sendo elas: Política, Mercado, Cotidiano, Mundo, Esporte, Ilustrada, Ilustríssima, Comida, F5, Podcasts, Folhinha, Saúde, Ciência, Ambiente, Fotografia, TV Folha, Educação, Turismo, Guia Folha, MPME, e Banco de Dados. A página virtual também apresenta a seção “Folha de S. Paulo”, que oferece algumas informações sobre o veículo e as políticas que ele adota, dividida em subseções intituladas Sobre a Folha, Política de Privacidade, Expediente, Acervo Folha, Projeto Editorial, Seminários Folha, Clube Folha, Coleções Folha, Trabalhe na Folha, e Treinamento.

Além das editorias, o site é setorizado, ao final da página principal, em campos que disponibilizam informações e serviços úteis ao leitor. A seção “Fale com a Folha” está subdividida em Anuncie (Publicidade Folha), Atendimento ao Assinante, Erramos, Fale com a Folha, Ombudsman, e Painel do Leitor. Já a parte “Opinião”, abrange textos opinativos, colunas e blogs. Há ainda o item chamado “Mais seções”, que inclui Dias Melhores, Folha Social+, Seminários Folha, Especiais, Folha, 100, Folha em Español, Folha in English, Folhainvest, Folhaleaks, Folha Mapas, Folha Tópicos, Folha Transparência, Últimas notícias, Versão Impressa, e Mapa do site.

A seara “Serviços” contém as utilidades relacionadas a Aeroportos, Classificados, Folha Informações, Horóscopo, Loterias, Mortes, e Tempo. O item “Outros canais” inclui o Datafolha, o Estúdio Folha, a Publicidade Legal, a Folhapress, a Folha Eventos, e o Top of Mind. Já os “Canais da Folha” colocam à disposição as funções Fale com a Redação, o Mapa do site, o Atendimento ao Assinante, o Ombudsman, e a Política de Privacidade.

O veículo jornalístico estabelece doze princípios, que guiam a linha editorial do jornal. São eles:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
3. **Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;**
4. Promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidades;
5. **Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar**

conteúdos proveitosos ou inspiradores; 6. Cultivar a pluralidade na composição da Redação e no conteúdo veiculado pelo jornal, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões de diferentes atores sociais, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controversa ou inconclusa; 7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório; 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão; 9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário; 10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo; 11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei; 12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção (FOLHA DE S. PAULO, documento eletrônico, grifos da autora).

Vale destacar os itens três, cinco e seis citados acima, que dialogam diretamente com os objetivos deste trabalho. Quando a Folha determina que possui um compromisso em priorizar assuntos que são de interesse público, por afetarem uma parcela expressiva da população, cabe, dentro da análise aqui proposta, pesquisar se o jornal compreende matérias sobre violência obstétrica, de forma significativa, dentro do período estudado. Com “parcelas expressivas da população”, pode-se considerar a porcentagem de mulheres no Brasil, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019), chega a 51,8%, sendo a de homens 48,2%. A partir desse item descrito pela Folha como parte de sua linha editorial, espera-se que o número de matérias produzidas pelo veículo, como também a profundidade dada a elas sejam expressivos e que discutam significativamente a temática da violência obstétrica, tendo em vista a porcentagem de mulheres na população brasileira.

O item cinco também se mostra relevante para este trabalho, principalmente, porque se propõe a "apontar falhas, contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados" (FOLHA DE S. PAULO, documento eletrônico). Nesse sentido, pode ser verificado nos textos analisados se as contradições que cercam o tema da violência obstétrica são abordadas, se os diferentes posicionamentos sociais, hierarquias e discursos são discutidos nas matérias, e se as autoridades públicas ou os poderes privados – que, aproximando a este trabalho, poderiam ser o Estado e os planos privados de saúde, por exemplo – são questionados.

No tópico seis, destaca-se a premissa da pluralidade no conteúdo veiculado pelo jornal, bem como a produção da notícia sob diversos ângulos, principalmente quando houver divergências entre as partes envolvidas na matéria. Neste momento, poderia ser discutida a

imparcialidade no jornalismo. No entanto, como esse não é o objetivo deste trabalho, podemos observar esse pilar escolhido pela Folha por meio das posturas de neutralidade ou de responsabilização, neste caso, em relação aos crimes de violência obstétrica, considerando os diferentes discursos que podem aparecer nas matérias analisadas.

Para seguir um fluxo coerente nos processos de decisão que viabilizam a Análise de Conteúdo, foi, inicialmente, considerado o aspecto temporal. Levando em conta que o termo violência obstétrica foi citado pela primeira vez, oficialmente, na Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, na Venezuela, no ano de 2012, recorreu-se à primeira publicação textual feita pela Folha de S. Paulo, no dia 5 de fevereiro de 2013, a data mais aproximada do ano em que o termo foi oficializado.

Depois, determinou-se que um período maior de tempo fosse analisado, a fim de oportunizar o processo longitudinal, aludido por Bauer, para ser possível visualizar eventuais mudanças durante esse intervalo. O fato escolhido para fechar esse recorte temporal foi o caso de violência obstétrica que vitimou a empresária Shantal Verdelho, violentada pelo médico Renato Kalil, durante os processos de parto da segunda filha de Verdelho. Esse crime teve repercussão nacional, e, considerando-o como um acontecimento de interesse público, pode inferir-se que a denúncia feita por Verdelho pode ter servido como uma espécie de serviço público, no que tange a participação dos meios de comunicação como impulsionadores da denúncia, como informantes e esclarecedores a respeito do que é a violência obstétrica e o que a caracteriza, bem como a figura de Verdelho como a voz que encoraja outras denúncias.

Desse modo, dentro do período delimitado, foram selecionadas 64 matérias em que a temática da violência obstétrica ou os processos envolvendo o parto fossem o assunto central. O termo combinado “violência obstétrica” foi aplicado na barra de pesquisas do site da Folha de S. Paulo, gerando o resultado de 139 notícias. Assim, publicações apenas de fotografias, mesmo abordando a violência obstétrica, foram descartadas por não apresentarem linguagem textual escrita. As matérias, por exemplo, que enfocavam o show de alguma artista defensora dos direitos das mulheres e contra a violência obstétrica, também foram descartadas pelo mesmo critério de não abordarem diretamente esse tipo de violência ou os processos de parto como tema.

4.2 Análise das 64 matérias jornalísticas publicadas pela Folha

Para dar início à análise das 64 matérias veiculadas pela Folha de S. Paulo, retoma-se

os critérios de análise já descritos anteriormente: 1. se as matérias publicadas pela Folha tipificam quantos e quais são os tipos de crimes cometidos contra a vítima de violência obstétrica, baseados na descrição do dossiê; 2. como o veículo qualifica a violência: é observada uma posição de isenção ou de criticidade e responsabilização?; 3. quantas vezes o termo violência obstétrica aparece nas matérias; e 4. se a vítima de violência obstétrica aparece como fonte nas reportagens analisadas.

A primeira matéria publicada pela Folha, encontrada quando o descritor “violência obstétrica” foi aplicado na barra de pesquisas do site do veículo foi uma fotoreportagem. No entanto, como esse conteúdo não é estudado neste trabalho, a segunda matéria⁵ que correspondeu aos critérios aqui considerados foi o artigo de opinião, de Mariana de Mesquita, uma doula e membro da Associação de Doulas de São Paulo, no dia 5 de fevereiro de 2013.

Mesquita, na primeira linha do texto, utiliza a palavra “violência” para se referir à violação cometida nos hospitais contra a mãe e o bebê. O centro da discussão apresentada por Mesquita no artigo é a decisão de uma rede de maternidades que, na época, proibiu a entrada de doulas como acompanhantes nas salas de parto. A justificativa dada pela rede foi a diminuição dos casos de infecção hospitalar.

Para sustentar a argumentação, Mesquita expõe contrapontos à posição adotada pela rede de maternidades e afirma: “a verdade é que o trabalho das doulas, embora respaldado pela Organização Mundial da Saúde, não se encaixa em nosso modelo de assistência obstétrica, arbitrário e centrado na figura do médico” (MESQUITA, 2013, n. p.). A opinião da autora vai ao encontro dos pressupostos firmados na Carta de Campinas, pela Rehuna, e caminha ao lado das reflexões de Pulhez sobre a hierarquização existente no parto.

Mesquita também comenta que “mulheres que tiveram o acompanhamento de uma doula na gravidez são questionadoras, pois sabem do seu direito de decidir sobre o parto” (MESQUITA, 2013, n. p.), o que é desenvolvido por García-Jordá, Díaz-Bernal e Álamo (2013), já referenciados neste trabalho, quando concluíram que a falta de informação e o medo de questionar sobre os procedimentos durante o parto são recorrentes entre mulheres, em pesquisa realizada em Havana. Mesquita segue:

A mulher informada, ao contrário, tem nome próprio: não aceita ser infantilizada, ser chamada de "mãezinha". Não aceita soro de rotina, corte desnecessário na vagina, ser separada do seu filho sem real motivo. A mulher informada sabe que pode escolher em que posição, como, onde e com quem prefere dar à luz. Não está acima nem abaixo da autoridade médica ou do protocolo hospitalar, pois não estabelece com eles uma relação de poder. Exige apenas que tudo esteja a favor desse importante trabalho, que somente ela pode e deve executar: trazer seu filho ao mundo (MESQUITA, 2013,

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/92329-das-doulas-como-testemunhas.shtml>.

n. p.).

A autora cita seis tipos de violência que podem ser cometidos contra a mulher durante o parto e que estão previstos no Dossiê Violência Obstétrica “Parirás com dor”. Ela também comenta a autonomia das mulheres sobre os próprios corpos, discussão presente nos estudos de Silva, Gasperin e Pontes. Mesquita finaliza o texto citando uma manifestação contra a decisão da rede que aconteceu na época, demonstrando a não tolerância da sociedade ao que ela chama de abuso.

A Folha de S. Paulo, ao término do artigo de opinião, escreve: “Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo” (FOLHA DE S. PAULO, 2013).

Três dias depois, a Folha é quem dá o título para o artigo de opinião⁶ de Marcelo Luis Abramides Torres, utilizando uma fala de Torres: “‘Doulas interferem, sim, na conduta do obstetra’, afirma leitor”. Torres inicia o texto remontando ao uso do clorofórmio utilizado como analgésico pela rainha Vitória, em 1853. O artigo de Torres surge como um contra argumento ao de Mesquita. Ele afirma: “dizer que uma parturiente sob analgesia de parto e cuidados médicos está ‘presa a cama, dopada e incapacitada’ – como diz o artigo ‘Das doulas como testemunhas’, de Mariana de Mesquita) é um desconhecimento completo do que é feito em bons hospitais em nosso país” (TORRES, 2013).

Torres discorre a respeito da presença das doulas nas salas de parto e das experiências que teve como médico coordenador da Equipe de Anestesia Obstétrica da Maternidade Pro Matre Paulista, descrição apresentada no site da Folha. Ele questiona: “eu me pergunto: com qual conhecimento da fisiologia do parto elas podem assumir tal responsabilidade? É muito fácil, pois não respondem judicialmente, são somente acompanhantes!” (TORRES, 2013).

O autor também fala do número de cesáreas nos hospitais ser excessivo e da quantidade de partos vaginais no hospital em que trabalha. Ao mesmo tempo, Torres argumenta sobre uma afirmação contida no artigo de Mesquita, e coloca:

Não posso deixar de comentar a absurda colocação de Mariana de Mesquita: a doula “presencia e identifica a violência silenciosa e covarde contra dois seres (mãe e bebê)”. O que eu presencio são equipes de profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e tantos outros) que se preocupam continuamente em dar o melhor atendimento às pacientes (TORRES, 2013).

O médico finaliza o artigo fazendo uma previsão de um futuro em que a fertilização *in*

6

vitro será uma realidade que substituirá a gestação no útero, e cita “os trabalhos de parto de minha mulher foram acompanhados pela sua médica e por uma boa enfermeira obstétrica, com conhecimentos profundos da fisiologia da gestação e parturição” (TORRES, 2013). A palavra violência não aparece no texto de Torres, a não ser pelo subtítulo dado pela Folha para subdividir o artigo. Dessa vez, a Folha não insere, após a descrição da formação do médico, a frase que finaliza o artigo de Mesquita a respeito da opinião do jornal.

No dia 12 de março de 2014, o título da matéria nomeia o tipo de violência que será retratada: “Mulheres denunciam violência obstétrica; saiba se você foi vítima”⁷. Esse título carrega uma informação que pode servir como um tipo de serviço de utilidade pública às mulheres que eventualmente passam por situações de violência e buscam informações que possam norteá-la. No primeiro parágrafo, Giovanna Balogh, jornalista da Folha, afirma que as agressões podem ser físicas ou emocionais, e descreve: “é considerada violência obstétrica desde a enfermeira que pede para a mulher não gritar na hora do parto normal até o médico que faz uma episiotomia indiscriminada – o corte entre o ânus e a vagina para facilitar a saída do bebê” (BALOGH, 2014).

Balogh cita a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o SESC, e, além dos dois exemplos de violações que caracterizam a violência obstétrica, ela cita: “os tipos mais comuns de violência, segundo o estudo, são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e até negligência” (BALOGH, 2014). Mais adiante, a jornalista traz para a matéria a voz de uma vítima de violência obstétrica, que “sofreu episiotomia no parto dos três filhos e que teve dificuldades na recuperação dos pontos” (BALOGH, 2014).

Balogh expõe várias ações que caracterizam a violência obstétrica e que estão presentes na descrição do Dossiê Violência Obstétrica “Parirás com dor”, e usa os relatos do Ministério Público Federal (MPF) de vítimas que denunciaram esse tipo de violência. Ela também disponibiliza o link do site do MPF, indicando que ele é um canal para a realização de denúncias. Ao mesmo tempo, a autora oferece um apanhado de informações legais, respaldadas na fala da advogada Priscila Cavalcanti, e relembra que “a cidade de Diadema, na Grande SP, foi pioneira ao criar, no ano passado, uma lei contra a violência obstétrica na rede municipal de saúde” (BALOGH, 2014).

Ao final da matéria, Balogh afirma que o termo violência obstétrica ainda é

7

relativamente novo, e apresenta o trabalho da fotógrafa Carla Raiter, que recebe histórias de mulheres vítimas da violência obstétrica e, com uma tatuagem temporária aplicada no corpo dessas mulheres, as fotografa.

A próxima matéria, também escrita por Balogh, data de 3 de abril de 2014. O termo violência aparece logo no título, que anuncia a temática de um filme. O título diz: “Renascimento do Parto 2 vai retratar violência obstétrica”⁸. A jornalista conversa com o diretor do filme, Eduardo Chauvet, que anuncia flagrantes presentes nas filmagens que não deixam dúvidas sobre o tema.

Além de informar detalhes sobre a produção do filme, Balogh comunica que um fórum sobre violência obstétrica será realizado na Universidade Estadual de Campinas, novamente a fim de orientar mulheres sobre ações de apoio, diálogo e difusão de informações. Vale destacar que esse texto não salienta o que caracteriza a violência obstétrica, mas oferece o link para outra matéria de Balogh, a que foi analisada anteriormente. A matéria se encerra com a disponibilização do link do site do Fórum, com informações sobre o evento e local para inscrições.

A matéria “Após vigília, mulheres fazem ato contra parto forçado no centro de SP”⁹, do dia 12 de abril de 2014, fala de um protesto realizado em frente ao Ministério Público de São Paulo. A ação repudiava a decisão judicial que forçou Adelir Carmem Lemos de Goes a realizar uma cesárea contra a vontade dela, segundo a reportagem.

O texto não se aprofunda em mais informações sobre o que caracteriza a violência obstétrica, não oferece mais detalhes a respeito do caso de Goes ou utiliza outra fonte. Nesse caso, por exemplo, não há o que é discutido nos estudos de Costa sobre a contextualização histórico social na construção de sentidos feita pelo jornalismo. Ao mesmo tempo, nota-se a ausência de aspectos que trazem as discussões de gênero para o debate.

Balogh, no dia 18 de julho de 2014, publica a matéria intitulada “Mãe denuncia violência obstétrica em hospital particular de Natal (RN)”¹⁰. Logo no início, é inserido o link que direciona para a primeira matéria de Balogh que explica as características da violência obstétrica. No segundo parágrafo, a jornalista contextualiza o caso e cita o nome do médico envolvido, Iaperi Araújo.

8

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/04/03/renascimento-do-parto-2-vai-retratar-violencia-obstetrica/>.

9

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1439953-apos-vigilia-mulheres-fazem-ato-contra-parto-forcado-no-centro-de-sp.shtml>.

10

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/07/18/mae-denuncia-violencia-obstetrica-em-hospital-particular-de-natal-rn/>.

A matéria revela que entrou em contato com a jovem violentada e que ela não quis que o seu nome fosse divulgado na matéria. A reportagem dá voz à mulher, coagida a realizar uma episiotomia que a marcou tanto fisicamente como emocionalmente. Balogh recorre aos argumentos da advogada Valeria Sousa para embasar a contraindicação da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia à episiotomia. Ao mesmo tempo, a jornalista retoma a matéria publicada pela Folha sobre o caso de Goes, analisada anteriormente.

A versão de Araújo também aparece na matéria. Nos parágrafos seguintes, a jovem relata diversas agressões, que são abarcadas no Dossiê. Esses relatos, por vezes, são seguidos de leis ou evidências científicas inseridas por Balogh para embasar a argumentação em documentos oficiais. Em outro momento, a fala de Araújo aparece na matéria: “ela queria que eu ficasse três horas lá de pé só olhando para ela. Me senti um inútil, como se eu fosse um leigo, um ignorante. Essas mulheres que defendem o parto domiciliar não podem regredir o avanço da medicina. No hospital, tenho um protocolo a seguir”.

Esse trecho demonstra o confronto e as contradições existentes entre a rotina médica e o poder de escolha das mulheres durante o parto. A ideia de hierarquia, comentada por Pulhez, fica evidente na fala de Araújo, que acredita que mulheres que defendem o parto domiciliar são capazes de atrasar o avanço da medicina. Balogh ainda menciona a ação do então deputado Jean Wyllys (PSOL), que encaminharia o caso à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e cita a existência de um Projeto de Lei do deputado “que garante à gestante o direito ao parto humanizado e apresenta soluções legais para o enfrentamento da violência obstétrica seja qual for o tipo de parto escolhido pela gestante” (BALOGH, 2014).

“Mulheres ganham mapa interativo para denunciar violência obstétrica”¹¹, de 19 de agosto de 2014, escrita por Balogh, é o próximo texto analisado. A matéria apresenta um aplicativo, idealizado pela arquiteta Isabella Rusconi e Carlos Pedro Sant’Ana, marido de Rusconi. A arquiteta foi vítima de violência obstétrica e narra como foi atingida por uma episiotomia.

Balogh explica que, “além de ser um espaço para as mulheres relatarem o que sofreram, a ideia [do aplicativo] é ter um panorama dos hospitais do Brasil onde acontecem mais violência obstétrica e onde os direitos das mães e dos bebês não são respeitados” (BALOGH, 2014). A matéria também dialoga com a presidente da Artemis, entidade de defesa dos direitos da mulher, Raquel Marques, e finaliza, mais uma vez, linkando o termo

11

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/08/19/mulheres-ganham-mapa-interativo-para-denunciar-violencia-obstetrica/>.

violência obstétrica à matéria de Balogh que define a violência obstétrica.

No dia 1 de setembro de 2014¹², Rodrigo Borges Delfim escreve, em espanhol, pela Folha Internacional; a tradução é feita por Natália Fabeni. A matéria se dedica a apresentar um evento que pretende reunir mulheres imigrantes e brasileiras, a fim de dialogar sobre a saúde da mulher, violência obstétrica e direitos da gestante. Dados sobre a ação são divulgados e um link é disponibilizado para aqueles que querem ajudar na organização do evento.

Delfim, ao fim da matéria, escreve:

Embora as campanhas sejam dirigidas especialmente às mulheres imigrantes, culturalmente muito mais acostumadas com o parto natural, elas também se estendem às brasileiras que se opõem à prática indiscriminada de procedimentos invasivos, principalmente em um momento em que o debate começa a ganhar espaço no sistema de saúde brasileiro (DELFIN, 2014).

A respeito dessa afirmação proferida por Delfim, é interessante notar a ausência de referência às reflexões sobre gênero, defendidas por Costa, e a falta de uma contextualização histórico cultural que explica o que o jornalista chama de “muito mais acostumadas com o parto natural” quando se refere às mulheres imigrantes.

A próxima matéria analisada é a do dia 4 de setembro de 2014¹³, escrita por Balogh. O título carrega o termo violência obstétrica e indica uma iniciativa da prefeitura para reduzir esse tipo de violência na cidade de São Paulo, mais especificamente em oito maternidades públicas. Depois de a Procuradoria instaurar um inquérito investigando denúncias de violência obstétrica, a prefeitura criou um ranking, no qual são relacionados os números de partos e episiotomias realizados em cada uma das oito maternidades.

Além disso, o projeto ainda prevê que os prontuários dos médicos sejam mais ricos em detalhes. Anatalia Basile, coordenadora geral do programa da prefeitura Parto Seguro, explica que

três das oito maternidades já têm dado cursos para a mulher se preparar antes do parto sabendo as melhores posições para aliviar as contrações, como respirar durante o trabalho de parto e a fazer um plano de parto, onde determinam o que querem no parto, como se querem se alimentar durante o trabalho de parto, quem será o acompanhante, entre outros detalhes que devem ser respeitados pela equipe médica e de enfermagem. Segundo ela, todos os oito hospitais terão o curso ainda neste ano (BASILE, 2014).

12

<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/loshermanos/2014/09/1509140-una-campana-pide-la-union-de-mujeres-inmigrantes-y-brasilenas-contr-la-violencia-en-el-parto.shtml>.

13

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/09/04/prefeitura-cria-ranking-para-reduzir-violencia-obstetrica-em-sp/>.

A fala da coordenadora e a escolha de Balogh por inseri-la na matéria se destacam no sentido de que são apresentadas informações que ajudam a mulher a se preparar para o parto, o que, de certa forma, auxilia na identificação de atos violentos antes, durante ou pós parto. A jornalista deixa na matéria o link do Ministério Público Federal para possíveis leitoras que queiram denunciar casos de violência obstétrica e, ao final, apresenta o ranking de partos e episiotomias realizados pelos profissionais das maternidades especificadas na matéria.

A produção seguinte¹⁴ foi publicada pela Folha Internacional e, logo no início, apresenta a definição de violência obstétrica. A matéria trata, novamente, da campanha que leva informações sobre esse tipo de violência às mulheres brasileiras e imigrantes. Duas mulheres vítimas e organizadoras da ação são ouvidas na matéria. Ao mesmo tempo, a Folha aponta canais para denúncia – (180, Violência contra a Mulher) ou 136 (Disque Saúde) e também pela Ouvidoria) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

O jornal também lembra que “na Argentina e na Venezuela, a violência obstétrica já é reconhecida como crime contra a mulher” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). A matéria se encerra com a explicação do que é um plano de parto e como ele ajuda mulheres a desenvolver a autonomia durante o parto e expressar as vontades durante o parir, em uma tentativa de evitar sofrer algum tipo de violência.

A décima primeira¹⁵ matéria analisada carrega o título “Judiciário receberá kit com informações sobre violência obstétrica”, publicada no dia 18 de setembro de 2014. O primeiro parágrafo elucida:

Juízes, procuradores, desembargadores e promotores vão receber nos próximos meses kits com informações sobre o que é violência obstétrica. A ideia é sensibilizar quem julga as ações movidas por pacientes para que eles saibam quais são as violações dos direitos humanos ocorridos com a gestante antes, durante ou após o parto (BALOGH, 2014).

O kit é composto por um DVD do filme O Renascimento do Parto; a pesquisa Nacer no Brasil, realizada pela Fiocruz; uma nota que explica o que é a violência obstétrica; um conjunto das legislações existentes sobre o parto no Brasil, e uma carta sobre a Artemis, informando o objetivo do kit. Em seguida, a matéria fala do filme e explica que ele só foi viabilizado por meio da iniciativa de um crowdfunding, uma arrecadação coletiva.

São apresentados dados do número de cesáreas realizadas no Brasil e como o alto índice reflete na saúde da mãe e do bebê. A matéria se encerra com a nota da Associação de

14

<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/loshermanos/2014/09/1516869-informacion-es-poder-campana-contra-la-violencia-en-el-parto.shtml>.

15

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/09/18/judiciario-recebera-kit-com-informacoes-sobre-violencia-obstetrica/>.

Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo, disponibilizando-a por meio de um link. Observa-se que, mesmo diante de uma iniciativa importante – a distribuição de kits ao judiciário –, a matéria não se aprofunda nas consequências dessa ação para a justiça brasileira e no impacto que isso pode gerar no julgamento de casos de violência obstétrica. A matéria também não traça um paralelo com as questões de gênero, como defende Costa.

“Violência obstétrica é violação dos direitos humanos, diz OMS”¹⁶ é o título da matéria do dia 1 de outubro de 2014. O texto disserta sobre a declaração da OMS e cita algumas práticas consideradas violência obstétrica. Ao mesmo tempo, Balogh destaca que “a declaração diz ainda que mulheres solteiras, adolescentes, de baixo poder aquisitivo, migrantes e de minorias étnicas são as mais propensas a sofrerem abusos, desrespeito e maus-tratos” (BALOGH, 2014), buscando outras perspectivas transdisciplinares ao debate – como a racialização e as questões de classe.

Mesmo que ainda tímida, nota-se a aproximação aos estudos de Costa, em uma tentativa de historicizar e contextualizar socialmente o diálogo. Nos parágrafos seguintes, Balogh fala sobre o documentário *Violência Obstétrica - A voz das brasileiras*, que narra episódios de mulheres violentadas e discute aspectos desse tipo de violência. O relato de Ana Paula é recebido pela matéria, que conta a violência sofrida no parto da primeira filha de Ana, que faleceu durante esse episódio em um hospital particular de Belo Horizonte.

A matéria ainda coloca em perspectiva a discussão sobre a violência que acontece em hospitais particulares e públicos quando conta que Ana Paula, no parto da segunda filha, opta pelo Hospital Sofia Feldman, referência em partos humanizados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. O debate não se estende. A matéria termina com a mesma nota publicada pela Sogesp, indicada na reportagem analisada anteriormente.

No dia 6 de novembro de 2014, Balogh escreveu: “Audiência pública em São Paulo vai discutir violência obstétrica”¹⁷. Essa é a décima terceira matéria analisada, e ela discorre acerca de uma audiência do MPF de São Paulo, que reúne médicos, mães, Defensoria Pública e entidades que defendem o direito das mulheres. A matéria relata que no evento serão acolhidos depoimentos como o de Góes, forçada a realizar uma cesárea, reportagem publicada pela Folha e já analisada neste trabalho.

16

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/10/01/violencia-obstetrica-e-violacao-dos-direitos-humanos-diz-oms/>

17

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/11/06/ministerio-publico-faz-audiencia-para-discutir-violencia-obstetrica/>

A matéria não conversa com Góes, mas fornece o acesso ao link que direciona a outra matéria. Alguns dados sobre o evento são divulgados e o texto termina com a mesma nota dada pela Sogesp, também presente em matérias anteriores. O debate não se estende para outros pontos de vista.

Pela primeira vez, no dia 18 de novembro de 2014, as situações de violência obstétrica em casos de abortamento são contempladas pela Folha. O título é “Violência obstétrica também ocorre em caso de aborto espontâneo”¹⁸. A reportagem considera, logo no início, que a violência pode acontecer tanto em casos de aborto espontâneos ou não, e deixa disponível o link que leva à matéria do dia 12 de março de 2014, que explica o que é a violência obstétrica.

A reportagem narra a história da advogada Valeria Souza, vítima da violência obstétrica quando sofreu um aborto espontâneo. Durante o relato de Souza, a jornalista cita uma nova característica da violência obstétrica, não citada anteriormente, que é a omissão de socorro. Vale destacar que, nesse caso, a discussão se aproxima dos debates de gênero quando se apoia na fala da defensora pública Ana Rita Souza Prata, que explica o julgamento moral que acontece em casos de abortamento, indicando mais um tipo de violência obstétrica não mencionado antes.

Outro encontro junto aos aspectos de gênero acontece quando a fala de Prata discorre sobre o feto ser independente da saúde da mulher. A matéria cita novamente o caso de Góes e insere outro caso, o de Aline Pimentel:

A jovem, negra, moradora de Belford Roxo, na Baixada Fluminense que, em 2002, estava grávida de 27 semanas e procurou uma casa de saúde particular porque não estava se sentindo bem. Receitada, ela voltou dias depois com uma piora no quadro de saúde, apresentando hemorragia e com o feto morto. O parto foi então induzido, mas Aline sofreu nova hemorragia, foi transferida para um hospital público e morreu (BALOGH, 2014).

O fato de a jornalista colocar a palavra “negra” entre vírgulas chama a atenção para uma tentativa de racializar a temática da matéria, mesmo que de forma rasa, porque ainda não há aprofundamento em contextos históricos que explicam a posição da mulher negra diante de casos de violência obstétrica. O caso de Aline é o primeiro citado pela Folha em que a mãe e o bebê morrem depois de um episódio de violência obstétrica. A matéria termina citando uma carta sobre violência obstétrica entregue aos promotores presentes no evento citado pela reportagem.

18

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/11/18/violencia-obstetrica-tambem-ocorre-em-caso-de-aborto-espontaneo/>.

No dia 16 de dezembro de 2014, Balogh escreve a matéria “Hospital proíbe manobra de Kristeller e reconhece violência obstétrica”¹⁹. O centro da matéria foi a ação de um hospital público de São Paulo que aboliu a manobra de Kristeller, que consiste na pressão feita pelos profissionais da saúde no útero da mulher para empurrar o bebê durante o parto. As consequências dessa manobra também são relatadas e é apresentada uma denúncia feita ao MPF de uma mulher que sofreu esse tipo de violência.

Balogh cita dados da pesquisa Nacer no Brasil que mostram uma recorrência da manobra de Kristeller em mulheres por todo o território nacional. A jornalista também entra em contato com a Secretaria de Saúde de São Paulo, que afirma estar “redefinindo a linha de cuidados com as gestantes, com a inclusão de novas diretrizes no plano de boas práticas de assistência ao parto seguro, dentre elas, a restrição à manobra de Kristeller” (BALOGH, 2014), segundo a jornalista. A matéria não mergulha em outras discussões tangentes ao gênero, mas indica, brevemente, que casos de violência obstétrica podem acontecer tanto em hospitais públicos quanto privados.

A décima sexta matéria²⁰ analisada é a de Monique Oliveira, publicada no dia 18 de dezembro de 2014. “Em CPI, professora e associação falam em violência no Hospital Universitário” é o título. A matéria versa sobre uma CPI da Assembleia Legislativa, em que uma professora da Universidade de São Paulo e uma representante da Artemis “denunciaram caso de violência obstétrica no HU (Hospital Universitário), que é vinculado à Faculdade de Medicina da USP” (OLIVEIRA, 2014).

A denúncia consiste na prática de procedimentos não recomendados feitos por estudantes de medicina em pacientes, sem o consentimento delas. A matéria traz as falas das responsáveis pela denúncia, tocando em questões sobre o corpo da mulher e mitos relacionados à vagina, mas não esquadrinha as questões de gênero que poderiam ser amplamente exploradas nessa matéria. A fala de um médico que considera a episiotomia necessária é incluída no texto, mas não é traçada uma discussão entre os dois pontos de vista divergentes na matéria.

19

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/12/16/hospital-proibe-manobra-de-kristeller-e-reconhece-violencia-obstetrica/>.

20

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1564319-em-cpi-professora-e-associacao-falam-em-violencia-no-hospital-universitario.shtml>.

Já em 2015, no dia 28 de janeiro²¹, o termo violência obstétrica aparece no título e informa sobre um aplicativo que ensina a fazer planos de parto e serve como canal para denúncias. A matéria explica como funciona a plataforma digital e descreve alguns tipos de características violência obstétrica.

É esclarecido também que o plano de parto é um “documento que é dado ao médico para avisar o que a mulher quer durante o trabalho de parto e o parto. No plano de parto constam informações como se ela deseja anestesia, quem será o acompanhante, entre outros dados” (BALOGH, 2015). A matéria se restringe a algumas informações sobre o aplicativo, mas não se aprofunda em outras discussões ou mais detalhes sobre o desenvolvimento da plataforma.

A décima oitava matéria²² analisada foi produzida pela BBC Brasil e publicada no site da Folha no dia 8 de março de 2015. “Mortalidade materna cai no Brasil, mas não atingirá meta da ONU”, diz o título. A matéria fala sobre a diminuição da mortalidade materna no país não alcançar as metas estipuladas pela ONU e sinaliza que “a altíssima taxa de cesáreas, o excesso de intervenções desnecessárias, a falta de treinamento de equipes especializadas e a proibição do aborto são alguns dos fatores apontados como barreiras para que o risco diminua mais no país” (BBC BRASIL, 2015).

A reportagem compara as taxas de mortalidade materna em países desenvolvidos e em desenvolvimento, e traz dados de pesquisas e relatos de fontes especialistas. No texto, é realizada uma relação interessante da violência obstétrica em relação às mortes de parturientes, e são descritas algumas características dessa violência, segundo a coordenadora da ONG Curumim, Paula Viana. No entanto, a matéria sinaliza que a maior causadora da mortalidade materna são as cesáreas.

São expostos dados sobre as cesáreas no Brasil, respaldados no Ministério da Saúde, e é estabelecida uma ponte com as situações de abortamento. A BBC demonstra dados sobre o aborto no Brasil e introduz falas de especialistas que discorrem acerca da criminalização do aborto e do medo das mulheres em serem denunciadas, ponto que poderia ser alinhavado aos debates de gênero no país.

21

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2015/01/28/aplicativo-ensina-a-fazer-plano-de-parto-e-denunciar-violencia-obstetrica/>.

22

<https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2015/03/1599893-mortalidade-materna-cai-no-brasil-mas-nao-atingira-meta-da-onu.shtml>.

A reportagem do dia 13 de março de 2015²³, por sua vez, traz informações breves quanto a um encontro que reúne vítimas de violência obstétrica. Não é possível identificar aprofundamento em outras questões, já que a matéria se dedica a informar sobre o evento. O mesmo link que encaminha o leitor para a matéria de 2014 que explica a violência obstétrica é inserido no texto.

Pela primeira vez, no dia 27 de setembro de 2015²⁴, Ricardo Mioto e Gabriel Alves redigem uma entrevista ping-pong pela Folha. O título é “Criou-se a ideia de médico bandido e doula guardiã, afirma ginecologista”. O primeiro parágrafo traz o posicionamento de César Fernandes, médico e presidente, na época, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, que diz “não ter simpatia alguma pelo parto domiciliar” (MIOTO; ALVES, 2015).

A Folha inicia a entrevista perguntando a Fernandes o que ele pensa do parto feito em casa, questionando também sobre a ideia das contradições entre os profissionais da saúde, ao que Fernandes responde acreditar na existência de uma hierarquia na medicina. Em determinado momento, os autores perguntam sobre as doulas, que, segundo o médico, são acompanhantes, e não profissionais especializadas.

Fernandes fala sobre as taxas de cesárea no país serem altas e afirma que a violência obstétrica existe e que não deve ser aceita. Ao mesmo tempo, ele defende que a minoria de médicos que escolhe fazer uma cesárea apenas porque deseja concluir o parto rapidamente, mesmo que o procedimento não seja recomendado, deve ser denunciada. A entrevista termina abruptamente, com uma breve fala do médico sobre o aborto.

Observa-se que, por mais que o termo violência obstétrica apareça na fala do entrevistado, as perguntas feitas não buscam uma profundidade maior e não dão margem para respostas mais incrementadas; nem tão pouco são citadas algumas ações consideradas pelo médico como violência obstétrica. Ao passo que não há uma contextualização histórica sobre os temas colocados em pauta pela entrevista.

A Folha, no dia 22 de fevereiro de 2016²⁵, publicou uma matéria em um formato diferente. A jornalista Fabiana Futema parte da história de Juliana Reis, que compartilhou

23

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2015/03/13/vitimas-de-violencia-obstetrica-terao-encontros-para-serem-ou-vidas/>.

24

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2015/09/1687087-criou-se-a-ideia-de-medico-bandido-e-doula-guardia-afirma-ginecologista.shtml>.

25

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/02/22/apos-desafio-leitores-compartilham-historias-de-maternidade-real-leia-algumas/>.

fotos de momentos reais e não felizes com o filho. Futema escreve: “vou republicar aqui trechos de algumas das mensagens enviadas. Não vou colocar todas as mensagens, mas agradeço a participação de cada leitor (a)” (FUTEMA, 2016).

A jornalista transcreve relatos de mulheres, mães, médicos e pais que falam sobre maternidade, vida real, parto, inseguranças, medos e infelicidades. Todas as narrativas são potentes e podem servir como apoio para outros leitores que passam pelas mesmas situações contadas. Essas histórias, por si só, carregam informações importantes e são apresentadas em um formato diferente das matérias analisadas até então. Em contrapartida, esses relatos poderiam ter sido contextualizados. Por exemplo, o psicanalista Fernando Basile toca em um ponto que não desponta nas matérias analisadas anteriormente, que é o que ele nomeia preocupação materna primária.

Elas são obrigadas culturalmente a apresentar uma fachada de santidade e prazer que não coincide com a tarefa árdua do cuidar de um novo ser. Este estado, necessário para cuidar de um bebê, chama-se ‘Preocupação Materna Primária’, um estado de doença saudável no qual a mulher ingressa nos últimos meses de gravidez e primeiros do nascimento através do qual uma parte do seu ser ‘regride’ para poder entender o que seu filho precisa (BASILE, 2016).

Uma possibilidade que poderia ser adotada pelo veículo, nesse caso, seria construir uma série de quadros semanais ou mensais com os relatos dessas pessoas ou então produzir uma reportagem que abarcasse o novo prisma apresentado pelo psicanalista Basile.

No dia 20 de junho de 2016²⁶, é publicada a matéria “Para obstetra, decisão sobre cesáreas visa proteger os médicos”, escrita por Futema. A matéria fala rapidamente sobre a decisão do Conselho Federal de Medicina que “determina que as cesáreas eletivas – aquelas realizadas a pedido da gestante, mesmo sem indicação médica – só podem ocorrer a partir da 39ª semana de gestação” (FUTEMA, 2016).

O texto traz para o debate um médico e uma professora que não concordam com a resolução do CFM, e apresenta o número de cesáreas no país, que ultrapassa o recomendado pelo Ministério da Saúde. Não há uma explicação mais extensa do porquê o médico entrevistado acredita que a medida tomada pelo CFM é negativa, deixando uma dúvida no leitor ao final da matéria.

A vigésima terceira matéria²⁷ analisada é intitulada “Pais argentinos são denunciados após morte de bebê durante parto em casa”, escrita por Luciana Dyniewicz, de Buenos Aires.

26

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/06/20/para-obstetra-decisao-sobre-cesareas-visa-protger-os-medicos/>.

27

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1795908-pais-argentinos-sao-denunciados-apos-morte-de-beb-e-durante-parto-em-casa.shtml>.

A reportagem narra o caso em que o parto foi realizado em casa, no sudoeste da Argentina, sem acompanhamento – apenas a mãe e o pai do bebê estavam presentes –, e o bebê faleceu devido a complicações durante o trabalho de parto.

O casal foi denunciado por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. A reportagem traz ainda dados acerca dos partos na Argentina. “Segundo dados da Organização Panamericana de Saúde, 70% dos partos argentinos são normais. Na rede privada, no entanto, essa parcela é de 33% (DYNIEWICZ, 2016). O texto não aborda questões culturais do país latino-americano, nem contextualiza historicamente o parto na região argentina.

No dia 18 de outubro de 2016²⁸, pela primeira vez uma figura pública fala sobre um episódio em que foi vítima de violência obstétrica. O título revela: “Bela Gil diz que teve vida sexual 'arruinada' por um ano, após procedimento em parto”. Nota-se, à primeira vista, que a matéria está inserida na editoria Celebridades, mesmo que a violência obstétrica seja uma informação tematizada pelo jornal, até o momento, no sentido de um problema de saúde da mulher.

Ao longo do texto, a Folha não explora a violência sofrida por Gil, mas destaca – haja vista o título da reportagem – as dificuldades que a episiotomia causou na vida sexual dela. No trecho “apesar de não ter se submetido à cesárea, ela passou por uma episiotomia (corte entre a vagina e o ânus) que, segundo o relato, causou danos a suas atividades sexuais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016), o veículo tenta estabelecer uma relação que inexistente entre a episiotomia e o corte feito na cesárea, sendo a episiotomia realizada em partos vaginais, numa tentativa não indicada de facilitar a saída do bebê.

A entrevista descreve falas importantes de Gil sobre a necessidade de as mulheres entrarem em contato com informações antes do parto, mas não há uma coleta rica por parte do veículo jornalístico acerca das experiências da apresentadora, ainda mais se considerado o lugar que ela ocupa como figura pública, que poderia comunicar a outras mulheres, por meio da Folha, que a violência obstétrica atinge diferentes classes sociais. Cabe destacar que o termo violência obstétrica aparece apenas uma vez ao longo do texto, depois que a Folha atribui à Gil, em citação indireta, o uso do termo.

No dia 31 de outubro de 2016²⁹, a matéria publicada é: “Procuradoria quer apuração de casos de violência obstétrica em maternidade de SP”. O fato noticiado é uma série de

28

<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2016/10/bela-gil-diz-que-teve-vida-sexual-arruinada-por-um-ano-apos-procedimento-em-parto.shtml>.

29

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/10/31/procuradoria-quer-apuracao-de-casos-de-violencia-obstetrica-e-m-maternidade-de-sp/>.

denúncias realizadas ao Ministério Público de São Paulo acerca de manobras de Kristeller aplicadas pela equipe médica da maternidade Sacrecoeur. A jornalista Fabiana Futema descreve o procedimento e expõe a posição da Procuradoria que cuida do caso.

É importante salientar que não é a primeira vez que reportagens sobre denúncias ao Ministério Público aparecem nesta análise. Esse agendamento segue o que Wolf descrevia como efeitos cumulativos, que acontecem após certa constância na noticiabilidade de determinadas informações.

A próxima matéria data de 17 de novembro de 2016³⁰. Futema fala sobre o Projeto Parto Adequado, implantado em 26 hospitais, culminando no aumento da taxa de parto normal nessas instituições. Também é informado que o pedido por cesáreas diminuiu, o que é relacionado a campanhas de esclarecimento. O texto ainda descreve algumas práticas tidas como violência obstétrica e mostra a queda na prática delas.

A Folha apresenta, em contrapartida, que “o programa mostrou que ampliar a realização da taxa de parto normal não aumentou complicações, como morte materna, seqüela e asfixia fetal, entre outros eventos adversos” (FUTEMA, 2016). O texto utiliza uma gama de dados e liga o projeto ao fortalecimento da autonomia da gestante no momento de decidir o que quer para o parto, preceitos firmados, por exemplo, na Carta de Campinas, redigida pela ReHuNa.

“Assembleia de Santa Catarina aprova implantação de medidas contra violência obstétrica”³¹ é o título da matéria publicada no dia 14 de dezembro de 2016. Brevemente, a reportagem informa acerca de um Projeto de Lei de Santa Catarina, que caracteriza a violência obstétrica e propõe ações de proteção e informação à gestante. A matéria descreve o que o projeto chama de violência obstétrica e indica que, naquele momento, o PL seguia para a sanção do governador do estado.

Em uma segunda produção da BBC Brasil, publicada pela Folha, tem-se a maior matéria, em extensão textual, analisada até o momento. No dia 16 de dezembro de 2016³², com o título “A polêmica cassação de médico após morte de bebê em parto domiciliar”, a BBC conta o caso do médico Ricardo Jones, que teve o registro médico cassado.

30

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/11/17/projeto-aumenta-parto-normal-em-hospitais-e-reduz-intervencoes-medicadas-e-internacoes/>.

31

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/12/14/assembleia-de-santa-catarina-aprova-implantacao-de-medidas-contraviolencia-obstetrica/>.

32

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1842043-a-polemica-cassacao-de-medico-apos-morte-de-bebe-em-parto-domiciliar.shtml>.

Em um tom mais narrativo, a BBC relata que Jones atendia um parto domiciliar em que o bebê faleceu 24 horas depois. A matéria afirma: “publicada, a decisão do Cremers colocou em evidência não apenas a carreira do médico, reconhecido defensor do parto normal, mas o embate entre diferentes concepções de obstetrícia, o ramo da Medicina que cuida da gravidez, do parto e da saúde feminina no pós-parto” (BBC BRASIL, 2016).

A reportagem apresenta a versão de Jones sobre o parto, que vai de encontro à posição do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul. Ao longo do texto, é esclarecido como acontece um processo de cassação, e as divergências em torno da prática da cesárea são exploradas na matéria. Há uma rica coletânea de dados a respeito dos partos que acontecem fora dos hospitais e diferentes visões são colocadas em discussão na matéria. Observa-se, nesse caso, uma contextualização mais evidente dos fatos.

Na reportagem do dia 15 de dezembro de 2017³³, a jornalista Melina Cardoso conta a história de Kris Regia Colombi, que, por acaso, escolheu o médico Frederico Vitorino, que havia sido seu aluno no curso de medicina na Universidade do Espírito Santo para auxiliá-la durante o parto. Colombi explana que, durante o parto do primeiro filho, foi vítima de violência obstétrica e descreve algumas dessas experiências. O que chama atenção nessa reportagem é a relação de confiança estabelecida entre médico e paciente, atitude que vai ao encontro dos pressupostos que oferecem liberdade de escolha à mulher, autonomia e um parto seguro e tranquilo.

A trigésima matéria³⁴ analisada data de 10 de maio de 2018. Novamente, o filme *O Renascimento do Parto* é abordado, mas agora em sua segunda edição, que chegava ao cinema naquela época. Fernanda Mena, jornalista, traça um paralelo entre o parto de Kate Middleton, em uma Inglaterra onde o parto vaginal é comum, enquanto no Brasil, é uma exceção.

A Folha traz porcentagens a respeito da realização de cesáreas no Brasil e menciona tipos de violência obstétrica, caracterizando-a. Mena discorre sobre as cenas do filme, em que a violência durante os partos vaginais choca, e outros recortes cinematográficos impressionam pela emoção.

Ela afirma: “é um filme-denúncia e um filme-debate com uma causa bem definida: a de um retorno à simplicidade do parto natural, com o mínimo de intervenção possível e com respeito pela vontade e saúde da mulher e do bebê” (MENA, 2018). Além da presente

33

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2017/12/15/professora-de-medicina-escolhe-ex-aluno-para-acompanhar-se-u-parto/>.

34

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/com-cenas-incomodas-filme-tem-como-causa-a-retomada-do-parto-natural.shtml>.

caracterização da violência, salienta-se o uso de dados de pesquisas, como a realizada pela Fiocruz e o efeito de acumulação e constância no agendamento dessa trilogia de filmes.

No mesmo dia, outra matéria sobre o filme: “‘Renascimento do Parto 2’ destaca violência obstétrica e SUS que dá certo”³⁵, dessa vez escrita por Melina Cardoso. A matéria frisa o recorte da violência obstétrica presente no filme, e faz referência ao modelo de parto vaginal experienciado por Kate Middleton, na Inglaterra. Diferentemente da matéria produzida pela Folha que citava Bela Gil, essa reportagem lembra que Fernanda Lima participa do filme, narrando as suas experiências de parto. A matéria utiliza dados sobre a cesárea no Brasil, mas não especifica o que é a violência obstétrica.

A última matéria analisada nesta pesquisa no ano de 2018 data de 5 de outubro³⁶. A Maternidade Estadual de Caieiras, em São Paulo, foi investigada pela morte de cinco bebês – um em 2016, outro em 2017, e três no ano de 2018. Nota-se que o jornalista Thiago Braga não inclui a negligência institucional como uma forma de violência obstétrica na frase “a mãe de um dos bebês acusa o hospital de negligência e de violência obstétrica” (BRAGA, 2018).

A vítima da violência, Verônica Silva Alves, é ouvida pela matéria. No entanto, não há uma descrição do que é a violência obstétrica, sendo disponibilizado apenas um link que direciona o leitor a outra matéria – a que trata a CPI sobre violências cometidas em um Hospital Universitário, já analisada neste trabalho, e que não explora o conceito de violência obstétrica.

A reportagem do dia 7 de maio de 2019³⁷ fala sobre o despacho emitido pelo Ministério da Saúde, defendendo a abolição do termo violência obstétrica de políticas públicas e normas. A jornalista Natália Cancian evidencia uma incongruência na decisão do MS, já que em 2017 o Ministério “já citava a existência do problema” (CANCIAN, 2019), em citação ao texto do MS: “Você sabe o que é violência obstétrica? Pois saiba que até mesmo muitas vítimas desse tipo de abuso também não. Esse tipo de violência atinge boa parte das mulheres e bebês em todo o país” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

A Folha identifica as características da violência obstétrica e confronta as opiniões do MS e de especialistas que defendem o uso do termo. Uma fala se destaca entre as selecionadas

35

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2018/05/10/renascimento-do-parto-2-destaca-violencia-obstetrica-e-sus-que-da-certo/>.

36

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/policia-investiga-a-morte-de-cinco-bebes-em-maternidade.shtml>.

37

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/ministerio-da-saude-veta-uso-do-termo-violencia-obstetrica.shtml>.

por Cancian na composição da matéria; é a de Débora Diniz, do Instituto Anis Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Diniz afirma que a medida tomada pelo MS demonstra o não reconhecimento pelo Estado dessa forma de violência, bem como as prioridades estabelecidas por ele no cuidado à saúde da mulher.

A Folha, nessa matéria, realiza uma cobertura interessante dos dois pontos conflitantes. Os discursos das instituições são comparados a documentos escritos anteriormente pelas mesmas entidades, e há a presença de um contraponto quando da incorporação de falas de especialistas que defendem o uso do termo violência obstétrica. Mesmo que não haja uma contextualização histórica desses pontos de vista, a reportagem parece conseguir esmiuçar o problema estrutural que rege esse confronto entre ideias.

“Após a maternidade, mulheres deixam as suas profissões para ajudarem outras mães no parto” é a matéria do dia 12 de maio de 2019³⁸, de Fernanda Pereira Neves. A Folha dedica essa reportagem, pela primeira vez, inteiramente às doulas, e utiliza as narrativas de Mariana Noronha e Janie Paula, ambas doulas. Ineditamente entre as matérias selecionadas, o veículo explica de forma mais detalhada como se dá o trabalho de uma doula:

A doulagem é uma prática ainda em crescimento e não envolve nenhum procedimento médico. Consiste em apoio físico e emocional para antes, durante e depois do parto. A ajuda pode vir por meio de palavras de encorajamento, abraços, massagens, um olhar ou uma dica para relaxar por meio da respiração, por exemplo (NEVES, 2019).

Tanto Noronha quanto Paula foram vítimas de violência obstétrica. A matéria ainda relata o caso de Laysa Duch, que também é doula e que passou por “um nascimento complicado em sua primeira gestação” (NEVES, 2019). A reportagem cita alguns tipos de violência por meio do relato das fontes que foram vítimas de violência obstétrica e constrói um subtítulo dentro da matéria, que leva o nome da violência. O texto é praticamente idêntico ao publicado em um trecho da matéria analisada anteriormente, o que pode revelar tanto uma tentativa de tematização da informação quanto uma falta de profundidade no assunto.

No dia 15 de maio de 2019³⁹, é publicada a matéria “Conheça 24 direitos das grávidas no trabalho, no médico e na vida cotidiana”. A reportagem se debruça sobre uma lista de direitos que mulheres possuem no pré, parto ou pós parto. A coletânea realizada pela matéria é extensa e bem detalhada, e só se dedica à temática da violência obstétrica no fim do texto, quando cita o que a caracteriza e os direitos da mulher, que se não atendidos, configuram atos

38

<https://f5.folha.uol.com.br/viva-bem/2019/05/apos-a-maternidade-mulheres-deixam-as-suas-profissoes-para-ajudarem-outras-maes-no-parto.shtml>

39

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2019/05/15/pai-tambem-deve-arcar-com-despesas-da-gestante-veja-outras-direitos-das-gravidas/>

de violência. Não há uma fonte, nesse caso, que tenha passado por alguma experiência violenta ou de desrespeito aos direitos garantidos por lei.

“É pela vida das mulheres”⁴⁰ como é nomeada a matéria do dia 28 de maio de 2019. O texto de Mariana de Mesquita e Ana Cristina Duarte foi publicado no Dia do Combate à Mortalidade Materna. As autoras retomam o despacho do Ministério da Saúde para dizer que “VO [violência obstétrica] diz respeito à cultura e não a um profissional de saúde específico” (MESQUITA; DUARTE, 2019). Em seguida, são apresentados dados sobre a mortalidade materna no Brasil, em que se nota uma rápida inserção de dados que incluem a mulher negra no debate.

A Folha descreve e cita práticas tidas como violência obstétrica, mesmo que não utilize fontes que relatam ter sofrido esse tipo de violação. As autoras ainda versam sobre horizontalidade e poder; mesmo sem encaixá-los em um contexto histórico, elas aludem a ideias presentes nas reflexões de pesquisadores que discutem as hierarquias entre profissionais da saúde-profissionais da saúde e profissionais da saúde-pacientes. Além disso, surge uma informação nova entre as matérias analisadas: “só em 2017 foi criado o Código de Ética do Estudante de Medicina” (MESQUITA; DUARTE, 2019).

No dia 3 de junho de 2019⁴¹, a matéria publicada pela Folha retoma o despacho do MS para falar sobre a recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, orientando que o MS revise a decisão de abolir o termo violência obstétrica. A matéria é muito semelhante a outra já analisada nesta pesquisa acerca do despacho do MS. As práticas violentas são descritas, não são apresentadas fontes vítimas de violência e não são construídos paralelos com outros contextos.

Sete dias depois, a Folha publica uma matéria intitulada “Ministério da Saúde mantém decisão de não usar termo violência obstétrica, diz secretário”⁴². O Ministério, que antes abolia o uso do termo, se posicionava, naquele momento, reconhecendo o uso do termo como legítimo pelas pessoas. No entanto, a Folha usa a declaração do secretário de Atenção Primária do MS, Harzheim, que comunica o não uso do termo oficialmente por parte da pasta. A reportagem de Cancian não se debruça sobre a caracterização da violência obstétrica, se dedicando apenas a expor discursos contrários ou favoráveis ao posicionamento do MS.

⁴⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/05/e-pela-vida-das-mulheres.shtml>.

⁴¹

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/conselho-de-direitos-humanos-pede-que-governo-reveja-veto-a-expressao-violencia-obstetrica.shtml>.

⁴²

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/ministerio-diz-reconhecer-termo-violencia-obstetrica-mas-que-continuara-a-nao-usa-lo.shtml>.

No dia 11 de junho de 2019⁴³, a Folha publica matéria que versa sobre “uma lei estadual que garante à gestante a opção pelo parto cirúrgico no SUS, a partir da 39ª semana de gestação, sem a necessidade de indicação para o procedimento” (COLLUCCI, 2019). O projeto de lei é de autoria de Janaina Paschoal (PSL), que é colocado sob perspectiva quando a Folha usa outras fontes especialistas que indicam falhas no projeto, bem como apresentam dados comprovando maiores riscos para mãe e bebê durante a cesárea. Essa prática é ainda associada a nascimentos prematuros. Não são observadas caracterizações da violência, mas nota-se uma posição de criticidade quanto ao projeto de lei.

Dois meses depois, na quadragésima matéria⁴⁴ analisada por este trabalho, a Folha volta a falar sobre o projeto de lei de Janaina Paschoal (PSL), que foi aprovado no dia 14 de agosto de 2019 e seguiu para sanção do então governador João Doria. A Folha apresenta algumas opiniões de médicos contrárias ao projeto e uma delas é a de Simone Diniz, médica e professora da USP, a que Colucci cita indiretamente: “mas, na sua opinião [a de Diniz], todo o apoio que a proposta recebeu reflete a falta de acesso de mulheres brasileiras a um parto mais respeitoso” (COLLUCCI, 2019).

A reportagem não traz uma fonte vítima de violência obstétrica, nem comenta sobre o que a caracteriza, haja vista o assunto central da reportagem, que é o projeto de lei e a discussão que orbita a cesárea no Brasil. Ao mesmo tempo, não é feita uma contextualização social a respeito da proximidade do país desse modelo de parto.

No dia 23 de agosto de 2019⁴⁵, Doria (PSDB) sancionou a lei formulada por Janaina (PSL) Paschoal, a respeito das cesáreas no SUS. O título diz: “Doria sanciona lei que libera cesárea no SUS sem aval de equipe técnica”. Essa matéria possui muitas semelhanças com a analisada anteriormente. Partes do texto são repetidos sem alteração em ambas as reportagens, que também utilizam as mesmas fontes. Nesse caso, a cesárea é relacionada a uma maior taxa de hemorragia materna. Não são incorporadas mulheres vítimas de violência como fonte, nem citações sobre outros tipos de violência.

43

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/06/projeto-quer-cesarea-sem-indicacao-clinica-a-gestantes-do-sus.shtml>.

44

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/projeto-que-permite-cesarea-sem-indicacao-no-sus-e-aprovado-em-sp.shtml>.

45

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/doria-sanciona-lei-que-libera-cesarea-no-sus-sem-aval-de-equipe-tecnica.shtml>.

Seis dias depois, a Folha publica a matéria “Ação questiona constitucionalidade da lei paulista pró cesárea no SUS”⁴⁶. A reportagem informa que o Conselho Nacional de Saúde recomenda a revogação da lei, e o deputado Campos Machado (PTB) entrava “com uma ação de inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça de São Paulo contra a lei sancionada pelo governador João Doria [...]” (COLLUCCI, 2019).

Novamente, a matéria incorpora trechos idênticos ao das reportagens analisadas anteriormente, utilizando as mesmas fontes e demonstrando os discursos antagônicos da Sogesp e do Cremesp. Percebe-se, no entanto, um possível efeito de acumulação, pela constância na repetição dessa mensagem, que pode ser observado na tematização construída na matéria analisada abaixo.

“Parto vaginal humanizado no Brasil, um artigo de luxo” é a matéria do dia 29 de outubro de 2019⁴⁷, de Mariana Seabra, coordenadora da Política de Saúde da Mulher da Secretaria de Saúde do Recife. Seabra discorre a respeito da dificuldade de acesso ao parto vaginal humanizado. É a primeira vez, dentre as matérias analisadas nesta pesquisa, que é traçado um perfil socioeconômico das mulheres que fazem cesárea. Há ainda um breve recuo histórico para falar sobre as cesarianas no Brasil.

Ao longo de todo o texto são apresentados dados sobre as taxas de cesárea nos hospitais públicos e privados, um relato acerca da dinâmica profissional dos médicos obstetras em São Paulo e discussões a respeito de políticas públicas de atenção à mãe e ao bebê. A autora ainda fala da importância da informação e do debate público, incentivado por políticas públicas de saúde, para um maior conhecimento das gestantes sobre o melhor tipo de parto.

Seabra aborda também os custos financeiros da cesárea para o SUS. A matéria não traz uma fonte vítima de violência, mas se aprofunda em outros aspectos da informação e parece construir sentidos mais inclinados à agenda que defende o parto vaginal humanizado, ainda que timidamente.

Já em abril de 2020, a matéria publicada pela Folha é “Sepaco proíbe enfermeiras obstetras nos partos, para advogada, medida é ilegal”⁴⁸. A reportagem fala da decisão do

46

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/acao-questiona-constitucionalidade-da-lei-paulista-pro-cesarea-no-sus.shtml>.

47

<https://saudeempublico.blogfolha.uol.com.br/2019/10/29/parto-vaginal-humanizado-no-brasil-um-artigo-de-luxo/>.

48

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2020/04/16/sepaco-proibe-enfermeiras-obstetras-nos-partos-para-advogada-medida-e-ilegal/>.

Hospital Sepaco, que proibiu a entrada de enfermeiras obstetras nas salas de parto. Nesse caso, a matéria é localizada em contexto de pandemia de Covid-19 no Brasil. No entanto, segundo a reportagem, não há relação entre a pandemia e a decisão do Sepaco, que fala a respeito de maior controle do processo para eliminar conflitos nas equipes.

A Folha traz alguns relatos de mulheres insatisfeitas com o posicionamento do hospital, mas não explora contextos em que se observa a hierarquização entre os profissionais de saúde, nem investiga como essa decisão pode ferir os direitos da mulher e figurar como uma das formas de violência obstétrica.

A matéria do dia 25 de abril de 2020⁴⁹, por sua vez, informa, logo no título, que "Maternidades criam centros de apoio ao parto normal". O texto não fala de violência obstétrica e não cita o termo, mas conta que o Hospital Santa Joana foi a instituição que mais conseguiu aumentar a taxa de partos vaginais em São Paulo. A matéria explica que isso se deve a um programa que reúne equipes multidisciplinares no atendimento à mulher e que a humanização continua no pós parto. A reportagem parece mais atentar-se à conquista da primeira colocação do hospital, que é bastante significativa, mas não engloba relatos de mulheres que viveram experiências na maternidade.

A última matéria do ano de 2020⁵⁰ selecionada por este trabalho fala do lançamento do livro *A dor mais doída - Relatos de violência obstétrica*, de Caira Lima. A obra conta relatos de mulheres violentadas e apresenta uma coletânea de dados. A Folha entrevista a autora do livro e escolhe transcrever um dos relatos da obra na reportagem. Não são usados dados na matéria e, pela primeira vez, o veículo indica um podcast produzido pela Folha para aqueles que querem saber mais sobre violência obstétrica.

No dia 27 de março de 2021 é publicada reportagem intitulada "O Estado também viola os direitos da mulher"⁵¹. Martha Cardona e Kevin Zamudio falam da alta taxa de cesáreas presente na Argentina, que contabiliza 45% do total de nascimentos e é três vezes maior do que o recomendado pela OMS. Os autores espanhóis citam o caso de mais de 80 mulheres gestantes indígenas da comunidade wichi que denunciaram "a perseguição policial e

49

<https://saopaulo.folha.uol.com.br/o-melhor-de-saopaulo/2020/servicos/04/maternidades-criam-centros-de-apoio-ao-parto-normal.shtml>.

50

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2020/06/01/autora-sobre-violencia-obstetrica-ganha-apoio-virtual-e-ja-mira-a-2a-edicao-de-livro/>.

51

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/03/o-estado-tambem-viola-os-direitos-da-mulher.shtml>.

as transferências forçadas para centros de isolamento do governo para serem submetidas a cesáreas” (CARDONA; ZAMUDIO, 2019).

A matéria contextualiza historicamente a cesárea naquela região e remonta às políticas de esterilização forçada do governo de Fujimori no Peru, aprofundando um pouco mais a discussão. Apesar de não trazer fontes não documentais para a matéria, o texto responsabiliza claramente o Estado pela violência obstétrica, descrevendo-a e indicando algumas práticas que podem ser consideradas como violentas.

Três dias depois é publicada a matéria “Violência obstétrica atinge quase metade das mães no SUS, mas é normalizada”⁵². A reportagem se debruça sobre a falta de aparato legal que defina a violência obstétrica, a ausência de serviços de saúde para esses casos e a isenção do Estado. A jornalista Angela Boldrini traça rapidamente o perfil socioeconômico que mais sofre violência obstétrica: “são as negras, pobres, grávidas do primeiro filho, jovens e em trabalho de parto” (BOLDRINI, 2021).

Pela primeira vez, a Folha cita os homens transexuais como pessoas gestantes que podem estar sujeitas à violência obstétrica. A reportagem ainda indica que o medo do parto vaginal violento pode levar a um aumento pela escolha da cesárea, e inclui dois relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica – uma durante o parto vaginal e outra pela cesárea. Há evidente responsabilização do Estado pela violência obstétrica, que é descrita em alguns trechos da matéria. Além disso, Boldrini também disserta acerca da terminologia da expressão violência obstétrica. Para as análises seguintes, é importante guardar a frase escrita por Boldrini: “A Defensoria do Mato Grosso do Sul viu chegar mais vítimas após a denúncia de Flávia, diz Sagin” (BOLDRINI, 2021). Flávia foi uma das fontes que narrou o caso em que ela foi vítima de violência obstétrica à matéria, no Mato Grosso do Sul. Sagin é defensora pública.

No dia 29 de novembro de 2021⁵³, a matéria mais longa em extensão publicada pela Folha – nesta análise, a que ocupava esse lugar era uma reportagem da BBC Brasil – inicia o texto com o relato de Sabrini Ramos de Carvalho, vítima de violência obstétrica. Durante as falas de Carvalho, alguns procedimentos violentos são citados e explicados pelas autoras Collucci e Missioneiro. Outras duas fontes vítimas dessa violência são ouvidas pela Folha, a

52

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/violencia-obstetrica-atinge-quase-metade-das-maes-no-sus-mas-e-normalizada.shtml>.

53

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/violencia-obstetrica-ainda-assombra-mulheres-mas-pais-avanc-a-na-assistencia-ao-parto.shtml>.

fisioterapeuta Ariane Nogueira e a bióloga Alinca Peres, que teve uma costela fraturada devido à manobra de Kristeller aplicada contra o corpo dela durante o parto.

Pela primeira vez, uma reportagem da Folha utiliza um gráfico – esse, denominado Evolução dos cuidados obstétricos entre 2011 e 2017 – para ilustrar os dados discutidos ao longo da matéria, que envolvem pesquisas como a Nascer no Brasil e trabalhos desenvolvidos pela Fiocruz. A reportagem faz uma imersão em outros casos que chamaram a atenção pública, cita a falta de uma lei federal que tipifica a violência obstétrica e informa números telefônicos para denúncia. A racialização do debate aproxima mulheres pretas e pardas da discussão, mas não há profundidade ou contextualização histórica sobre esses casos.

A quinquagésima matéria⁵⁴ analisada retoma um caso citado na matéria anterior, em que uma médica foi agredida por um pai que a acusava de violência obstétrica contra a esposa que estava em trabalho de parto em uma maternidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Publicada no mesmo dia que a reportagem analisada acima, o foco dessa notícia é a redução dos cortes vaginais no parto, no Hospital Escola da Universidade de Pelotas.

A reportagem não inclui relatos de vítimas de violência, mas salienta que a redução no número de episiotomias se deu em decorrência da chegada de enfermeiras obstetras e novos médicos ao hospital. A matéria insere o mesmo gráfico contido na reportagem anterior e discorre sobre a necessidade de comunicação efetiva e facilitada da equipe médica com a gestante. Algumas características da violência obstétrica são mencionadas.

A próxima matéria analisada, publicada no dia 15 de dezembro de 2021⁵⁵, narra um caso de repercussão nacional. O título indica “Renato Kalil é alvo de investigação do Cremesp após denúncia de violência obstétrica”. Kalil é “conhecido por fazer parto de celebridades” (MENA, 2021) e, nessa ocasião, após o vazamento de áudios e vídeos em que a empresária e influencer Shantal Verdelho acusa o obstetra de violência obstétrica, foi iniciada uma investigação pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

A Folha detalha, por meio das falas de Shantal, as práticas de violência cometidas pelo médico, e insere dados sobre a episiotomia entre os relatos. A jornalista Fernanda Mena escreve: “O vazamento e a repercussão do caso levaram outras mulheres a se pronunciarem sobre episódios inadequados, machistas ou de assédio moral que teriam sido protagonizados por Kalil” (MENA, 2021).

54

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/em-2-anos-maternidade-de-pelotas-rs-reduz-pela-metade-cortes-vaginais-no-parto.shtml>

55

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/12/cremesp-investiga-denuncia-de-violencia-obstetrica-contramedico-estrelado.shtml>

Outro caso é envolvido na matéria, o da jornalista Samantha Pearson, que afirma ter ouvido comentários machistas e gordofóbicos de Kalil. A Folha explica a dificuldade na caracterização da violência obstétrica, mas se apoia na descrição da OMS, que evidencia outros tipos de humilhação e violações, que não as físicas. A matéria chama atenção para o fato de, no caso de Shantal, existir um vídeo, que não dá espaço para infinitas interpretações do que é a violência; ela estaria estampada nas filmagens. Pela primeira vez entre as matérias analisadas há um recorte que, por meio da fala de uma médica obstetrix e ativista, se aproxima das discussões de gênero, como defende os estudos de Costa apresentados neste trabalho.

No mesmo dia, outra reportagem é publicada pela Folha, com o título “Renato Kalil é investigado por hospitais e promotoria após denúncia de violência obstétrica”⁵⁶. Nesse contexto, os hospitais Albert Einstein e São Luiz investigam as denúncias contra Kalil. A matéria repete algumas informações da matéria analisada acima e conta o relato de mais duas mulheres vítimas de assédio sexual pelo médico, em entrevista ao jornal O Globo. Nessa reportagem, não há uma entrevista direta com as mulheres violentadas, mas a Folha utiliza citações indiretas das falas delas a outros veículos jornalísticos. Não são observados também descritores da violência obstétrica.

No dia seguinte, a matéria “Insultos a mulheres no parto são ‘ponta do iceberg’ da violência obstétrica no Brasil, diz médica”⁵⁷ é veiculada. A Folha entrevista a médica e pesquisadora Melania Amorim, que explica sobre as características da violência obstétrica. Durante a matéria, novamente o significado do que é a episiotomia é esclarecido. O caso da jornalista Pearson é lembrado nessa reportagem. A matéria aproveita muitas falas de Amorim acerca da subnotificação de casos de violência obstétrica e explora várias agressões que podem ser entendidas como esse tipo de violência.

A Folha ainda destaca pontos em que a médica fala sobre a naturalização da violência e aproxima o diálogo das questões de gênero. A matéria não traz relatos de mulheres vítimas de violência, mas ao longo de todo o texto diversas tipificações da violência obstétrica são detalhadas e esclarecidas.

56

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/renato-kalil-e-investigado-por-hospitais-e-promotoria-a-pos-denuncia-de-violencia-obstetrica.shtml>

57

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/insultos-a-mulheres-no-parto-sao-ponta-do-iceberg-da-violencia-obstetrica-no-brasil-diz-medica.shtml>

No dia 18 de dezembro de 2021⁵⁸, na editoria Celebidades, é publicada matéria que diz: “Shantal Verdelho cancela agenda de trabalho de 2021: ‘Sem cabeça para nada’”. A breve notícia não se aprofunda no caso de Shantal, mas utiliza um tom diferente do empregado na matéria de Bela Gil. Nessa reportagem, trechos da fala de Shantal nas redes sociais são transcritos, mesmo com a ausência da caracterização da violência obstétrica, observando-se uma certa isenção em relação ao tema.

Quatro dias depois, Mônica Bergamo escreve: “Shantal faz corpo de delito e diz à polícia que Kalil sugeriu abortivo contraindicado a ela para induzir parto”⁵⁹. Nessa matéria, novos desdobramentos sobre o caso de Shantal são apresentados, como, por exemplo, a sugestão de Kalil para que ela ingerisse o medicamento Misoprostol para induzir o trabalho de parto. No entanto,

“a OMS (Organização Mundial de Saúde), o American College of Obstetricians and Gynecologists, dos Eua, e Royal College of Obstetrician and Gynecologists, do Reino Unido, não recomendam qualquer sugestão de indução de parto antes da 41a semana de gestação, se a mulher não apresentar nenhuma condição médica para isso” (BERGAMO, 2021).

O medicamento é contraindicado para mulheres que já fizeram cesariana, como é o caso de Shantal. A matéria não traz o relato direto de mulheres violentadas, mas utiliza falas delas que apareceram em outros veículos. Há a descrição de algumas práticas consideradas violência obstétrica.

A última matéria analisada nesta pesquisa no ano de 2021⁶⁰ fala, pela primeira vez, sobre a gestação de pessoas com deficiência. O título informa que “Menos de 8% das maternidades são acessíveis a gestantes com deficiências”. A matéria apresenta três relatos diferentes de mulheres com deficiência que foram violentadas ou encontraram alguma dificuldade na realização de exames. A Folha usa a pesquisa recente da Fiocruz e da Universidade Federal do Maranhão sobre a falta de acessibilidade em 606 maternidades públicas no Brasil. Apesar de tematizar um tema relevante e tecer discussões potentes, a Folha parece não se aprofundar em outras questões que envolvem a maternidade e a gestação em pessoas com deficiência.

58

<https://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2021/12/shantal-verdelho-cancela-agenda-de-trabalho-de-2021-sem-cabe-ca-para-nada.shtml>

59

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/shantal-faz-exame-de-corpo-de-delito-e-diz-a-policia-que-renato-kalil-indicou-abortivo-para-acelerar-parto.shtml>

60

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/12/menos-de-8-das-maternidades-sao-acessiveis-a-gestantes-com-deficiencias.shtml>

A primeira matéria de 2022⁶¹, publicada pela editoria Celebidades, traz novamente o caso de Shantal. De forma isenta, a matéria foca, dessa vez, nas consequências da violência obstétrica para o marido de Shantal, Mateus Verdelho. A notícia não explica o que é violência obstétrica, nem os tipos de crimes que a caracterizam, e as falas de Shantal são transcritas com base nos relatos divulgados nas redes sociais da influenciadora.

A segunda entrevista analisada neste trabalho, ineditamente, se dedica exclusivamente ao processo gestacional de mulheres negras e indígenas. O título diz: “Acesso ao pré-natal é pior para meninas negras e indígenas, diz pesquisadora da UFBA”⁶². A matéria começa com referências ao racismo estrutural, que permeia as condições de saúde para mulheres pretas e indígenas.

Dandara de Oliveira Ramos, professora na UFBA e pesquisadora, é a entrevistada. Inicialmente, ela demonstra que o acesso ao pré-natal e à saúde reprodutiva para meninas negras e indígenas é precário. Temas relevantes, como violência sexual, maternidade precoce e violência obstétrica são discutidos. Ramos fala brevemente sobre os preconceitos que envolvem a mulher negra durante a história em situações de parto.

O gráfico Evolução do número de estupros e estupros de vulnerável é inserido na matéria. Nesse caso, o foco da entrevista não são os episódios de violência obstétrica que vitimam mulheres pretas e indígenas; no entanto, as perguntas feitas pela Folha conseguem colher informações potentes da entrevistada.

No dia 14 de janeiro de 2022, Cristina Serra escreve a matéria “Tortura na sala de parto”⁶³. A matéria se assemelha mais a um artigo de opinião, tendo em vista que não são utilizadas fontes, não há dados e, por mais que o caso de Shantal seja mencionado, não há profundidade no tratamento da temática de violência obstétrica.

A sexagésima matéria⁶⁴ analisada também é da editoria Celebidades e, dessa vez, Mateus Verdelho, marido de Shantal, concede entrevista à Folha. O título é “Mateus Verdelho tenta superar culpa após parto de Shantal e quer mais filhos”. O recorte escolhido pelo jornalista Leonardo Volpato caminha pelos sentimentos mais pessoais de Mateus. No entanto, como a temática envolve o assunto da violência obstétrica, mesmo considerando as linhas

⁶¹

<https://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2022/01/shantal-verdelho-diz-que-marido-faz-terapia-apos-caso-de-violencia-obstetrica.shtml>

⁶²

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/acesso-ao-pre-natal-e-pior-para-meninas-negras-e-indigenas-diz-pesquisadora-da-ufba.shtml>

⁶³

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2022/01/tortura-na-sala-de-parto.shtml>

⁶⁴

<https://f5.folha.uol.com.br/celebidades/2022/01/mateus-verdelho-tenta-superar-culpa-apos-parto-de-shantal-e-quer-mais-filhos.shtml>

editoriais de produção para essa editoria, a abordagem poderia ser voltada ao papel do pai em casos como esse, como a violência reverbera nos homens ou então como a sociedade patriarcal e o machismo influenciam nos sentimentos dos homens em situações como essa. A Folha, no entanto, escolhe informar que Mateus deseja ter mais filhos e, ao final da matéria, fala brevemente sobre a vida profissional dele.

No dia 3 de fevereiro de 2022⁶⁵, ainda sobre o caso de violência obstétrica cometido por Kalil, a Folha retoma as falas de Shantal sobre a violência obstétrica que relata ter sofrido, cita e explica o que são algumas práticas entendidas como violência obstétrica e noticia, sem muita profundidade, a respeito do contato de Shantal com outras vítimas, visto pelo advogado de Kalil como irregular. Para contra argumentar essa opinião, a Folha traz uma breve fala da advogada colaboradora do MeToo Brasil, que explica não haver ilegalidade nas conversas de Shantal com outras vítimas, ou mesmo na junção de todas elas para efetivação da denúncia contra Kalil.

A matéria do dia 4 de fevereiro de 2022⁶⁶ não se diferencia muito da anterior, incluindo apenas o fato novo de que a defesa de Shantal “solicitou ao Cremesp que ele seja impedido de exercer a medicina” (MESQUITA, 2022). A matéria utiliza as mesmas declarações da defesa de Kalil e os mesmos relatos de Shantal já citados anteriormente. Não há contextualizações de outro tipo, e o termo episiotomia é explicado na reportagem.

No dia 13 de fevereiro de 2022⁶⁷, Shantal fala, pela primeira vez, à coluna de Mônica Bergamo. Dessa vez, a reportagem se estende e contempla os relatos de Shantal sobre o episódio de violência obstétrica e narrativas ao longo da vida da empresária. Detalhes novos são acrescentados na matéria, que adota um tom mais narrativo, descrevendo as roupas que Shantal vestia durante e entrevista. Em uma conversa calma, Shantal conta sobre as experiências profissionais que teve e sobre o caso de violência obstétrica. Em meio aos relatos, Bergamo descreve algumas práticas consideradas como esse tipo de violência.

O relato de Shantal, assim como o de Bela Gil, pouco explorado, e o de Flávia, que não é uma figura pública, mas que apareceu em matéria analisada neste trabalho, sendo afirmado pela Defensoria do Mato Grosso que o caso dela encorajou outras mulheres a

⁶⁵

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/shantal-diz-em-audio-que-delegada-que-apura-denuncias-contras-kalil-ta-com-a-gente.shtml>

⁶⁶

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/shantal-pede-suspensao-de-atuacao-de-kalil-para-evitar-novas-vitimas.shtml>

⁶⁷

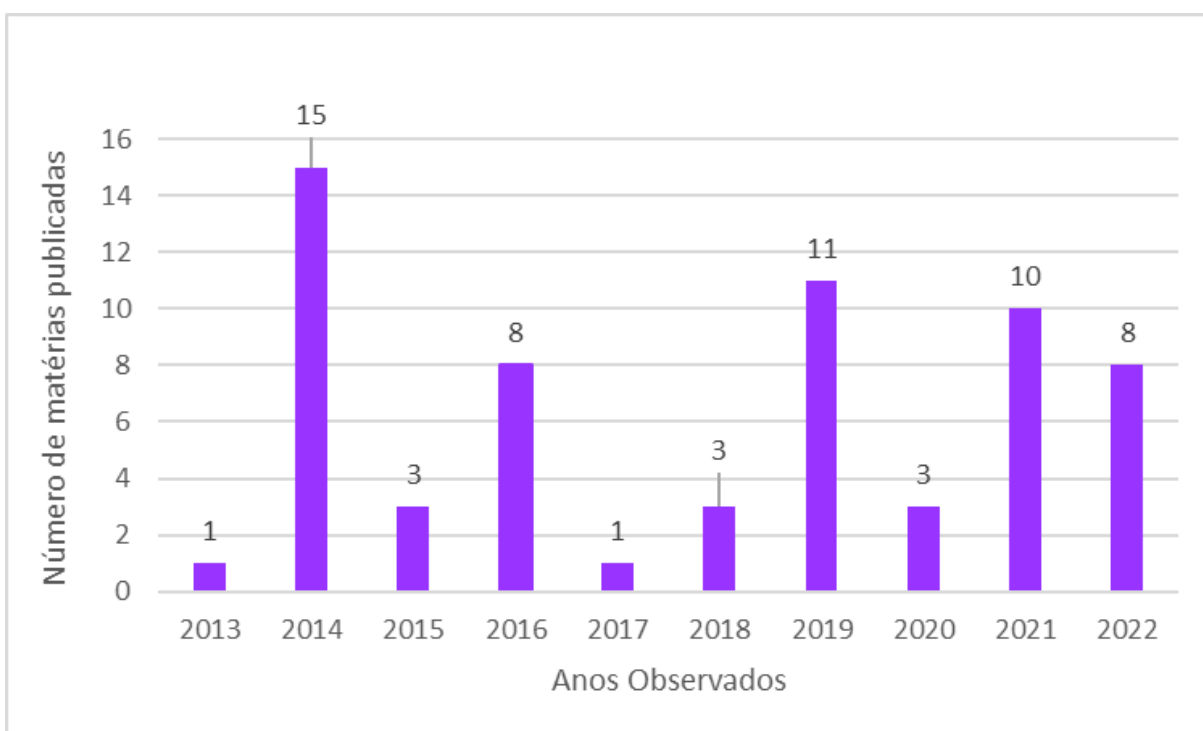
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/minha-filha-escolheu-uma-missao-para-que-outras-mulheres-sejam-respeitadas-diz-shantal-verdelho.shtml>

denunciar, é uma forma de serviço prestado à população de mulheres que se entendem violentadas. A incorporação de fontes com propriedade para falar sobre as próprias violências experimentadas pelos próprios corpos convida outras mulheres a um espaço mais seguro de compartilhamento.

Por fim, a última matéria analisada carrega o título “Violência obstétrica: nomear para enfrentar”⁶⁸. A matéria versa sobre pesquisas e leis de São Paulo que abordam o assunto da violência obstétrica, e responsabiliza o Estado, que “tem os deveres de atuar na sua prevenção [da violência obstétrica] e de concretizar assistência humanizada à saúde para todas as mulheres” (MONTE; SOUZA, 2022). Pela primeira vez, a matéria destaca a importância de dar nome à violência cometida e, também, define a violência obstétrica como “mais uma forma de violência de gênero” (MONTE; SOUZA, 2022).

Ao todo, foram analisados 64 textos, entre artigos e matérias publicados no site da Folha de São Paulo, orientados pelos critérios de análise retomados no início deste capítulo. Abaixo, apresenta-se um gráfico, que, no eixo X, demonstra os anos estipulados no recorte temporal das matérias analisadas; o eixo Y indica o número de matérias publicadas em cada um dos anos.

Gráfico 1 – Número de matérias publicadas, por ano, pela Folha de S. Paulo



Fonte: a autora

⁶⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2022/02/violencia-obstetrica-nomear-para-enfrentar.shtml>.

No recorte delimitado por este projeto, algumas matérias não corresponderam ao objeto de estudo desta pesquisa. Por isso, elas foram descartadas. No entanto, cabe salientar que a maior parte delas foi preservada, gerando uma amostra condizente ao número real de matérias publicadas por ano pela Folha. No primeiro ano analisado, apenas uma matéria foi selecionada, podendo inferir-se que o assunto violência obstétrica era relativamente novo e pouco discutido no Brasil.

Em 2014, o número de matérias saltou para quinze, haja vista um possível crescimento no interesse pela temática, já que em outros países da América Latina, por exemplo, já eram pautados assuntos relacionados às questões de gênero e violência obstétrica. No ano seguinte, apenas três reportagens foram selecionadas. Em 2016, o número de produções aumentou para oito, ainda distante da quantidade de matérias publicadas em 2014.

No ano de 2017, apenas uma matéria foi selecionada. Em 2018, o número volta a contabilizar três matérias. Em seguida, no ano de 2019, há um crescimento para onze reportagens publicadas, quase atingindo a marca de 2014. No ano de 2020, o número cai para três. Considerando que neste mesmo ano o vírus de Covid-19 foi descoberto e se iniciou uma pandemia global, deduz-se que há uma relação com a diminuição do número de reportagens que discutiam a saúde reprodutiva e sexual das mulheres.

Em 2021, o número de reportagens volta a subir, alcançando dez publicações. Em 2022, mesmo encerrando o recorte temporal da pesquisa no mês de fevereiro deste mesmo ano, as matérias analisadas correspondem a oito. Pode-se dizer que o elevado índice de matérias publicadas nesses dois anos deveu-se ao caso de repercussão nacional que envolveu Shantal Verdelho, vítima de violência obstétrica, e o médico acusado, Kalil. Só no mês de dezembro de 2021, por exemplo, foram publicadas seis matérias a respeito da violência obstétrica.

No capítulo seguinte, são expressadas as considerações finais acerca deste trabalho, retomando algumas reflexões e tecendo outras, a fim de ampliar o debate tanto dentro dos espaços acadêmicos quanto nas extensões das comunidades extramuros da universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho esteve apoiado em documentos, estudos e pesquisas que priorizam a saúde da mulher, o poder de escolha e a autonomia feminina, e que nortearam esta pesquisa. Todo esse estofo foi essencial para o entendimento a respeito da significação da violência obstétrica, passando pelas controvérsias e divergências que orbitam o termo e a utilização dele, bem como a aproximação de estudos que, estruturados pela medicina baseada em evidências científicas, privilegiam um parto seguro, saudável e respeitoso, em que as relações entre profissionais da saúde e paciente sejam horizontais, dialógicas e consensuais.

Esse arcabouço, atrelado às 64 matérias publicadas pela Folha de São Paulo em um período de dez anos, permitiu concluir alguns pontos a respeito da produção jornalística do veículo estudado, além das construções de sentido que ele propõe. Considerando o gráfico exposto no capítulo anterior, pondera-se que o número de matérias e artigos publicados ao longo dos anos é relativamente pequeno. Em um exercício de comparação, pode-se pensar que, todo ano, pelo menos uma pauta fria é produzida sobre o Natal. É sabido que, pelo menos duas reportagens serão destinadas ao período natalino, como, por exemplo, as pessoas que vão às ruas de última hora para comprar presentes, e o preço da ceia que subiu. Nos anos de 2015, 2018 e 2020, apenas três matérias foram publicadas em cada um deles.

No que concerne aos critérios de análise estabelecidos neste trabalho – a lembrar, 1. se tipifica quantos e quais são os tipos de crimes cometidos contra a vítima de violência obstétrica, baseados na descrição do dossiê; 2. como o veículo qualifica a violência: é observada uma posição de isenção ou de criticidade e responsabilização?; 3. quantas vezes o termo violência obstétrica aparece nas matérias; e 4. se a vítima de violência obstétrica aparece como fonte nas reportagens analisadas – começa-se avaliando o critério 4.

Das 64 matérias analisadas, 38 não dão voz à vítima de violência obstétrica como fonte da reportagem, o que indica a utilização de outras fontes, a ausência de fontes em alguns casos e um afastamento das contextualizações de gênero que o jornalismo poderia explorar. Quanto ao critério 3, foi observado que as matérias que citaram mais vezes o termo violência obstétrica foram publicadas nos anos em que o número de publicações também foi mais alto.

Por exemplo: em 2014, a terceira matéria analisada neste trabalho cita o termo violência obstétrica doze vezes. Esse ano, foi o que mais publicou matérias. A trigésima terceira reportagem analisada nesta pesquisa citou o termo dez vezes, no ano de 2019, o segundo ano com mais publicações. O terceiro ano com o índice mais alto de publicações, o ano de 2021, teve treze citações do termo presentes na quadragésima nona matéria analisada.

Esses números, aliados à tematização das informações a respeito da violência obstétrica, sugerem uma tentativa de agendamento de notícias que estão sendo consideradas relevantes para o público leitor. Esse contexto é positivo tanto para o jornalismo, que se aproxima das temáticas que incluem o gênero nas discussões quanto para o fomento dos diálogos e da criação de políticas públicas que defendam e fortaleçam os direitos da mulher.

Além disso, o agendamento e a contextualização dessas reportagens informa à mulher acerca de dados divulgados por comunidades científicas a respeito das indicações para o parto, nomeia um tipo de violência que uma parcela significativa de mulheres ainda desconhece e expõe casos de violência obstétrica que vitimaram outras mulheres, numa tentativa de encorajar outras vítimas a denunciarem os agressores.

Em relação ao critério 2, é observada uma postura de responsabilização dos agentes que cometem a violência obstétrica em quinze dos sessenta e quatro textos. No entanto, há uma postura crítica presente em boa parte das matérias. Vale considerar que, em algumas reportagens, como as que se dedicam ao lançamento de filmes a respeito da violência obstétrica, não consta a responsabilização desses agentes, mas é observada uma criticidade a respeito do tema.

Um aspecto importante observado é a falta de contextualização histórica e cultural dos temas. Muitas vezes, as matérias permanecem na superficialidade de ouvir duas fontes especialistas, sem recorrer a uma mulher vítima de violência obstétrica ou a um contexto histórico que explique alguma situação específica. Assim como a distância dos assuntos transdisciplinares ao gênero, nota-se a ausência de matérias que se dedicam às mulheres pretas, indígenas e mulheres com deficiência que foram vítimas da violência obstétrica.

O critério de análise 1, por sua vez, mostra que 37 matérias tipificam os tipos de crimes que podem ser considerados como violência obstétrica. Esse número corresponde a pouco mais da metade das matérias, índice que poderia se estender para mais reportagens, a fim de ampliar o conhecimento de leitores sobre práticas normalizadas ou então desconhecidas que são consideradas violência obstétrica por entidades como a OMS.

As violências mais citadas são a episiotomia e a manobra de Kristeller. Observa-se que, quando os crimes são citados nas reportagens, geralmente, eles são seguidos de uma explicação de como eles acontecem e quais as consequências para o corpo da mulher. Esse critério de análise explicita uma ampla importância, porque é ele esclarece à leitora que violência não se limita ao corpo físico, mas se estende pelos âmbitos psicológico, emocional e financeiro.

Nesse sentido, a relevância desta pesquisa se alonga para a contribuição na construção de um jornalismo engajado com temas que impactam diretamente a vida de parcelas expressivas da sociedade. Falar sobre gênero e violência obstétrica dentro do jornalismo expande as possibilidades de edificar uma profissão que acolhe relatos de quem experiencia situações de violência de perto, além de comunicar e construir sentidos na tematização de informações de interesse público.

Estruturar esta pesquisa dentro da universidade permite que os resultados e discussões aqui desenhados fomentem novos trabalhos, diálogos transdisciplinares e a potencialização de discursos que se atentem para aquilo que fortalece a autonomia de mulheres, seja qual for a situação em que os corpos delas estiverem inseridos. Uma boa prática jornalística e a produção de pesquisas acadêmicas e científicas que centralizam a figura da mulher e pensam a presença ou a ausência de direitos e políticas públicas destinadas a ela convocam os setores sociais à reflexão e proposição de novas alternativas para essa camada da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. P. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9412/1/arquivo332_1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BALOGH, G. Aplicativo ensina a fazer plano de parto e denunciar violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2015/01/28/aplicativo-ensina-a-fazer-plano-de-parto-e-denunciar-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Audiência pública em São Paulo vai discutir violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 de novembro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/11/06/ministerio-publico-faz-audiencia-para-discutir-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Hospital proíbe manobra de Kristeller e reconhece violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/12/16/hospital-proibe-manobra-de-krilsteller-e-reconhece-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Judiciário receberá kit com informações sobre violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de setembro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/09/18/judiciario-recebera-kit-com-informacoes-sobre-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Mãe denuncia violência obstétrica em hospital particular de Natal (RN). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de julho de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/07/18/mae-denuncia-violencia-obstetrica-em-hospital-particular-de-natal-rn/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Mulheres denunciam violência obstétrica; saiba se você foi vítima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de março de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/03/12/mulheres-denunciam-violencia-obstetrica-saiba-se-voce-foi-vitima/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Mulheres ganham mapa interativo para denunciar violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de agosto de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/08/19/mulheres-ganham-mapa-interativo-para-denunciar-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Prefeitura cria ranking para reduzir violência obstétrica em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de setembro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/09/04/prefeitura-cria-ranking-para-reduzir-violencia-obstetrica-em-sp/>. Acesso em: 3 maio 2021.
- BALOGH, G. Renascimento do Parto 2 vai retratar violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de abril de 2014. Disponível em:

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/04/03/renascimento-do-parto-2-vai-retratar-violencia-obstetrica>. Acesso em: 3 maio 2021.

BALOGH, G. Violência obstétrica é violação dos direitos humanos, diz OMS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de outubro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/10/01/violencia-obstetrica-e-violacao-dos-direitos-humanos-diz-oms/>. Acesso em: 3 maio 2021.

BALOGH, G. Violência obstétrica também ocorre em caso de aborto espontâneo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de novembro de 2014. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/11/18/violencia-obstetrica-tambem-ocorre-em-caso-de-aborto-espontaneo/>. Acesso em: 3 maio 2021.

BALOGH, G. Vítimas de violência obstétrica terão encontros para serem ouvidas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de março de 2015. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2015/03/13/vitimas-de-violencia-obstetrica-terao-encontros-para-serem-ouvidas/>. Acesso em: 3 maio 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BASILE, F. *In*: FUTEMA, F. Após desafio, leitores compartilham histórias de “maternidade real”; leia algumas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/02/22/apos-desafio-leitores-compartilham-historias-de-maternidade-real-leia-algumas/>. Acesso em: 3 maio 2021.

BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BBC BRASIL. A polêmica cassação de médico após morte de bebê em parto domiciliar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1842043-a-polemica-cassacao-de-medico-apos-morte-de-bebe-em-parto-domiciliar.shtml>. Acesso em: 3 maio 2021.

BBC BRASIL. Mortalidade materna cai no Brasil, mas não atingirá meta da ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2015/03/1599893-mortalidade-materna-cai-no-brasil-mas-nao-atingira-meta-da-onu.shtm>. Acesso em: 3 maio 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BERGAMO, M. “Minha filha escolheu uma missão para que outras mulheres sejam respeitadas”, diz Shantal Verdelho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/minha-filha-escolheu-uma-missao-para-que-outras-mulheres-sejam-respeitadas-diz-shantal-verdelho.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BERGAMO, M. Shantal faz corpo de delito e diz à polícia que Kalil sugeriu abortivo contraindicado a ela para induzir parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/shantal-faz-exame-de-corpo->

de-delito-e-diz-a-policia-que-renato-kalil-indicou-abortivo-para-acelerar-parto.shtml. Acesso em: 20 ago. 2022.

BOLDRINI, A. Violência obstétrica atinge quase metade das mães no SUS, mas é normalizada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/violencia-obstetrica-atinge-quase-metade-das-maes-no-sus-mas-e-normalizada.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BOTTALLO, A. Acesso ao pré-natal é pior para meninas negras e indígenas, diz pesquisadora da UFBA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/acesso-ao-pre-natal-e-pior-para-menas-negras-e-indigenas-diz-pesquisadora-da-ufba.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRAGA, T. Polícia investiga a morte de cinco bebês em maternidade da Grande São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/policia-investiga-a-morte-de-cinco-bebes-e-m-maternidade.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Despacho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.sogirgs.org.br/pdfs/SEIMS-9087621-Despacho.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CANCIAN, N. Conselho de direitos humanos pede que governo reveja veto à expressão violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de junho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/conselho-de-direitos-humanos-pede-que-governo-reveja-veto-a-expressao-violencia-obstetrica.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CANCIAN, N. Ministério da Saúde mantém decisão de não usar termo violência obstétrica, diz secretário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de junho de 2019.

CANCIAN, N. Ministério da Saúde veta uso do termo “violência obstétrica”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/ministerio-da-saude-veta-uso-do-termo-violencia-obstetrica.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDONA, M. C. J. O Estado também viola os direitos da mulher. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/03/o-estado-tambem-viola-os-direitos-da-mulher.shtml>. Acesso em: 10 maio 2022.

CARDOSO, M. Autora sobre violência obstétrica ganha apoio virtual e já mira 2ª edição de livro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de junho de 2020. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2020/06/01/autora-sobre-violencia-obstetrica-ganha-apoio-virtual-e-ja-mira-2a-edicao-de-livro/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDOSO, M. Conheça 24 direitos das grávidas no trabalho, no médico e na vida cotidiana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de maio de 2019.

CARDOSO, M. Professora escolhe obstetra, ex-aluno, para acompanhar seu parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 2017. Disponível em:

<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2017/12/15/professora-de-medicina-escolhe-ex-aluno-para-acompanhar-seu-parto/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDOSO, M. “Renascimento do Parto 2” destaca violência obstétrica e SUS que dá certo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2018/05/10/renascimento-do-parto-2-destaca-violencia-obstetrica-e-sus-que-da-certo/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDOSO, M. Sepaco proíbe enfermeiras obstetras nos partos, para advogada, medida é ilegal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2020/04/16/sepaco-proibe-enfermeiras-obstetras-nos-partos-para-advogada-medida-e-ilegal/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COLLUCCI, C. Ação questiona constitucionalidade da lei paulista pró cesárea no SUS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/acao-questiona-constitucionalidade-da-lei-paulista-pro-cesarea-no-sus.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COLLUCCI, C. Doria sanciona lei que libera cesárea no SUS sem aval de equipe técnica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/doria-sanciona-lei-que-libera-cesarea-no-sus-sem-aval-de-equipe-tecnica.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COLLUCCI, C. Menos de 8% das maternidades são acessíveis a gestantes com deficiências. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/menos-de-8-das-maternidades-sao-acessiveis-a-gestantes-com-deficiencias.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COLLUCCI, C. Projeto que permite cesárea sem indicação no SUS é aprovado em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/projeto-que-permite-cesarea-sem-indicacao-no-sus-e-aprovado-em-sp.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2021.

COLLUCCI, C. Projeto quer cesárea sem indicação clínica a gestantes do SUS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/06/projeto-quer-cesarea-sem-indicacao-clinica-a-gestantes-do-sus.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COLLUCCI, C.; MISSIONEIRO, M. Em 2 anos, maternidade de Pelotas (RS) reduz pela metade cortes vaginais no parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/em-2-anos-maternidade-de-pelotas-rs-reduz-pela-metade-cortes-vaginais-no-parto.shtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

COLLUCCI, C.; MISSIONEIRO, M. Violência obstétrica ainda assombra mulheres, mas país avança na assistência ao parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/violencia-obstetrica-ainda-assombra-mulheres-mas-pais-avanca-na-assistencia-ao-parto.shtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Nota à imprensa e à população**. Brasília, 2019. Disponível em:

https://portal.cfm.org.br/images/PDF/nota-violencia-obstetrica.pdf?fbclid=IwAR0KJt_0WFJKGeBG04eN_8xHk1FsCKvK6XNBdjQ5nnQANFoCwcDMt3mh24. Acesso em: 14 dez. 2022.

COSTA, J. G. Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. *In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 16., 2014, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DELFINO, R. B. Uma campanha pede a união de mulheres imigrantes e brasileiras contra a violência no parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/loshermanos/2014/09/1509140-una-campana-pide-la-union-de-mujeres-inmigrantes-y-brasilenas-contra-la-violencia-en-el-parto.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

DYNIEWICZ, L. Pais argentinos são denunciados após morte de bebê durante parto em casa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de julho de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1795908-pais-argentinos-sao-denunciados-apos-morte-de-bebe-durante-parto-em-casa.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Após vigília, mulheres fazem ato contra parto forçado no centro de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de abril de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1439953-apos-vigilia-mulheres-fazem-ato-contra-parto-forcado-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bela Gil diz que teve vida sexual 'arruinada' por um ano, após procedimento em parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2016/10/bela-gil-diz-que-teve-vida-sexual-arruinada-por-um-ano-apos-procedimento-em-parto.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Informação é poder: campanha contra a violência no parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/loshermanos/2014/09/1516869-informacion-e-s-poder-campana-contra-la-violencia-en-el-parto.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Shantal Verdelho cancela agenda de trabalho de 2021: ‘Sem cabeça para nada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2021/12/shantal-verdelho-cancela-agenda-de-trabalho-de-2021-sem-cabeca-para-nada.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Shantal Verdelho diz que marido faz terapia após caso de violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/01/shantal-verdelho-diz-que-marido-faz-terapia-apos-caso-de-violencia-obstetrica.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2010. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesqui_saintegra.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

FUTEMA, F. Após desafio, leitores compartilham histórias de “maternidade real”; leia algumas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/02/22/apos-desafio-leitores-compartilham-historia-s-de-maternidade-real-leia-algumas/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUTEMA, F. Assembleia de Santa Catarina aprova implantação de medidas contra violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/12/14/assembleia-de-santa-catarina-aprova-implantacao-de-medidas-contraviolencia-obstetrica/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUTEMA, F. Para obstetra, decisão sobre cesáreas visa proteger os médicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de junho de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/06/20/para-obstetra-decisao-sobre-cesareas-visa-protoger-os-medicos/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUTEMA, F. Procuradoria quer apuração de casos de violência obstétrica em maternidade de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de outubro de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/10/31/procuradoria-quer-apuracao-de-casos-de-violencia-obstetrica-em-maternidade-de-sp/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUTEMA, F. Projeto aumenta parto normal em hospitais e reduz intervenções médicas e internações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2016/11/17/projeto-aumenta-parto-normal-em-hospitais-e-reduz-intervencoes-medicadas-e-internacoes/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GARCÍA-JORDÁ, D.; DÍAZ-BERNAL, Z.; ÁLAMO, M. A. El nacimiento en Cuba: análisis de la experiencia del parto medicalizado desde una perspectiva antropológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, 2012. Doi: 10.1590/S1413-81232012000700029. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZN9gf88gftqt6ftj5tG3Mpbb/?lang=es>. Acesso em: 14 dez. 2022.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>. Acesso em: 14 dez. 2022.

IDOETA, P. A. Insultos a mulheres no parto são “ponta do iceberg” da violência obstétrica no Brasil, diz médica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/insultos-a-mulheres-no-parto-sao-ponta-do-iceberg-da-violencia-obstetrica-no-brasil-diz-medica.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Como surgiu a lei**. 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 9, n. 1, 2020. Doi: 10.17566/ciads.v9i1.585. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MENA, F. Com cenas incômodas, filme tem como causa a retomada do parto natural. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/com-cenas-incomodas-filme-tem-como-causa-a-retomada-do-parto-natural.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MENA, F. Renato Kalil é alvo de investigação do Cremesp após denúncia de violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 2021.

MESQUITA, M. Das doulas como testemunhas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/92329-das-doulas-como-testemunhas.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MESQUITA, L. Shantal diz em áudio que delegada que apura denúncias contra Kalil ‘tá com a gente’”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/shantal-diz-em-audio-que-delegada-que-apura-denuncias-contras-kalil-ta-com-a-gente.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MESQUITA, L. Shantal pede ao Cremesp suspensão de Kalil como médico para “evitar novas vítimas”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/shantal-pede-suspensao-de-atuacao-de-kalil-para-evitar-novas-vitimas.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MESQUITA, M.; DUARTE, A. C. É pela vida das mulheres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/05/e-pela-vida-das-mulheres.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MONTE, N. C.; SOUZA, P. S. M. Violência obstétrica: nomear para enfrentar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/02/violencia-obstetrica-nomear-para-enfrentar.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

MIOTO, R.; ALVES, G. Criou-se a ideia de médico bandido e doula guardiã, afirma ginecologista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2015/09/1687087-criou-se-a-ideia-de-medico-bandido-e-doula-guardia-afirma-ginecologista.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

NEVES, F. P. Após a maternidade, mulheres deixam as suas profissões para ajudarem outras mães no parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de maio de 2019. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/viva-bem/2019/05/apos-a-maternidade-mulheres-deixam-as-suas-profissoes-para-ajudarem-outras-maes-no-parto.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVEIRA, M. Em CPI, professora e associação falam em violência no Hospital Universitário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1564319-em-cpi-professora-e-associao-falam-em-violencia-no-hospital-universitario.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OMS. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

PARTO DO PRINCÍPIO. **Dossiê da Violência Obstétrica “Parirás com dor”**. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20367.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PINHO, F. G. Maternidades criam centros de apoio ao parto normal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://saopaulo.folha.uol.com.br/o-melhor-de-saopaulo/2020/servicos/04/maternidades-criam-centros-de-apoio-ao-parto-normal.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PNAD. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. 2019. Disponível em: https://tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2022/03/liv101707_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

PULHEZ, M. M. Violência obstétrica no Brasil: controvérsias em torno de um conceito. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 33, 2021. Doi: 10.34019/1981-2140.2020.31695. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/31695>. Acesso em: 14 dez. 2022.

QUEIROZ, C. Renato Kalil é investigado por hospitais e promotoria após denúncia de violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/renato-kalil-e-investigado-por-hospitais-e-promotoria-apos-denuncia-de-violencia-obstetrica.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2022.

REHUNA. **Carta de Campinas - Ato de Fundação**. Campinas, 1993. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/07/Carta-de-Campinas.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SEABRA, M. Parto vaginal humanizado no Brasil, um artigo de luxo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <https://saudeempublico.blogfolha.uol.com.br/2019/10/29/parto-vaginal-humanizado-no-brasil-um-artigo-de-luxo/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SERRA, C. Tortura na sala de parto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2022/01/tortura-na-sala-de-parto.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, S. E.; GASPERIN, H. G.; PONTES, F. S. A violência obstétrica e o despacho do Ministério da Saúde. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3076/4476>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TORRES, M. L. A. “Doulas interferem, sim, na conduta do obstetra”, afirma leitor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/meuolhar/2013/02/1227752-doulas-interferem-sim-na-conduta-do-obstetra-afirma-leitor.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VENEZUELA. Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia. **Diario Oficial de la Federación**, Venezuela, 2007. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2017_mex_ref_leygralvidalibredeviolencia.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

VOLPATO, L. Mateus Verdelho tenta superar culpa após parto de Shantal e quer mais filhos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/01/mateus-verdelho-tenta-superar-culpa-apos-parto-de-shantal-e-quer-mais-filhos.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2022.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Barcarena: Editorial Presença, 2006.